

TERMOS DE REFERÊNCIA INICIATIVA URBANA EUROPEIA – AÇÕES INOVADORAS

SEGUNDO CONVITE À APRESENTAÇÃO
DE PROPOSTAS EUI-IA
31/05/2023 – 05/10/2023

31/05/2023



Co-funded by
the European Union



Índice

1.	INTRODUÇÃO	3
2.	AUTORIDADES ELEGÍVEIS – QUEM SE PODE CANDIDATAR	4
2.1	PRIMEIRA CATEGORIA	5
2.2	SEGUNDA CATEGORIA	6
2.3	TERCEIRA CATEGORIA	7
2.4	REQUISITOS COMUNS PARA AS AUTORIDADES URBANAS ELEGÍVEIS	8
3.	COBERTURA TEMÁTICA PARA O SEGUNDO CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS EUI-IA	9
3.1	ECOLOGIZAÇÃO DAS CIDADES	10
	DEFINIÇÃO GERAL E CONTEXTO DO TEMA "ECOLOGIZAÇÃO DAS CIDADES"	10
	RELEVÂNCIA E PAPEL DAS AUTORIDADES URBANAS	12
	SUGESTÕES PARA AS AUTORIDADES URBANAS	13
	OBJETIVOS DA POLÍTICA DE COESÃO	14
	INDICADORES DE RESULTADOS E REALIZAÇÕES	15
3.2	TURISMO SUSTENTÁVEL	17
	DEFINIÇÃO GERAL E CONTEXTO DO TEMA "TURISMO SUSTENTÁVEL"	17
	RELEVÂNCIA E PAPEL DAS AUTORIDADES URBANAS	19
	SUGESTÕES PARA AS AUTORIDADES URBANAS	19
	OBJETIVOS DA POLÍTICA DE COESÃO	20
	INDICADORES DE RESULTADOS E REALIZAÇÕES	21
3.3	APROVEITAR OS TALENTOS EM CIDADES EM DECLÍNIO	22
	DEFINIÇÃO GERAL E CONTEXTO DO TEMA "APROVEITAR OS TALENTOS EM CIDADES EM DECLÍNIO"	22
	RELEVÂNCIA E PAPEL DAS AUTORIDADES URBANAS	23
	SUGESTÕES PARA AS AUTORIDADES URBANAS	25
	OBJETIVOS DA POLÍTICA DE COESÃO	26
	INDICADORES DE RESULTADOS E REALIZAÇÕES	27
4.	FASES DO PROJETO	29
5.	PRINCÍPIOS DE FINANCIAMENTO	31
6.	GERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS	32
6.1	PARCERIA	32
6.2	LÓGICA DE INTERVENÇÃO DO PROJETO E PLANO DE TRABALHO	36
6.3	APOIO DE PERITOS	37
6.4	TRANSFERÊNCIA	38
6.5	CATEGORIAS DE CUSTOS	40
7.	PROCESSO DE CANDIDATURA	41

8.	PROCESSO DE SELEÇÃO	43
8.1	VERIFICAÇÃO DA ELEGIBILIDADE	43
8.2	AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA	45
8.3	AVALIAÇÃO OPERACIONAL	45
8.4	SISTEMA DE PONTUAÇÃO DE AVALIAÇÃO	46
8.5	CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO DOS CANDIDATOS A SUBVENÇÕES	47
9.	FASE DE INICIAÇÃO E CONTRATAÇÃO	48
10.	COMO OBTER ASSISTÊNCIA.....	49
11.	DATAS-CHAVE.....	50

1. INTRODUÇÃO

O pacote legislativo da política de coesão para 2021-2027 inclui a criação da Iniciativa Urbana Europeia (estabelecida no artigo 12.º do Regulamento n.º 2021/1058 do Parlamento Europeu e do Conselho de 24 de junho de 2021 sobre o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e sobre o Fundo de Coesão¹ - Regulamento FEDER/FC) – um instrumento da União Europeia, **sucessor da Iniciativa de Ações Inovadoras Urbanas implementada durante o período de programação de 2014-2020**. Esta nova Iniciativa é uma ferramenta essencial para apoiar cidades de todas as dimensões, criar capacidade e conhecimento, apoiar a inovação e desenvolver soluções inovadoras transferíveis e escaláveis para desafios urbanos de relevância para a União Europeia (UE). O objetivo final é inspirar a utilização dos principais programas da política de coesão nas zonas urbanas com inovações comprovadas, especialmente as que recebem apoio do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) sobre objetivos específicos definidos no artigo 3.º do Regulamento FEDER/FC², e reforçar as capacidades de inovação das cidades como beneficiárias ou intermediárias na gestão destes Fundos.

Um dos principais objetivos da Iniciativa Urbana Europeia (EUI), e especialmente da sua vertente de Ações Inovadoras (EUI-IA), é continuar o apoio iniciado pela Iniciativa de Ações Inovadoras Urbanas, **proporcionando às autoridades urbanas de toda a Europa espaço e recursos para identificar e experimentar (através de projetos-piloto) novas respostas inovadoras aos desafios locais interligados e complexos relacionados com o desenvolvimento urbano sustentável**. Através da EUI-IA, as autoridades urbanas terão a possibilidade de testar como funcionam na prática soluções novas e não comprovadas e como respondem à complexidade da vida real. Os processos e os resultados da experimentação serão seguidos por cidades parceiras de outros países (Parceiros de Transferência) para apoiar e reforçar a transferibilidade e replicabilidade das soluções inovadoras testadas em toda a UE.

As autoridades urbanas deveriam aproveitar a oportunidade oferecida pela EUI-IA para experimentar abordagens inovadoras e métodos de trabalho fora do âmbito dos "projetos normais" (que poderiam ser financiados através de fontes de financiamento "tradicionais", incluindo os principais programas do FEDER). A EUI-IA permite às cidades transformar ideias ambiciosas e criativas em protótipos que podem ser testados em cenários urbanos reais. Por outras palavras, a EUI-IA apoia projetos-piloto que são demasiado arriscados para serem financiados por fontes de financiamento tradicionais, desde que sejam muito inovadores e experimentais.

Os projetos EUI-IA são selecionados através de Convites à Apresentação de Propostas sobre um ou vários temas propostos pela Comissão Europeia (CE). A EUI tem um orçamento total do FEDER de 450 milhões de euros, 75% dos quais se destinam a apoiar a vertente EUI-IA. **Cada projeto pode receber até**

¹ Regulamento (UE) 2021/1058 do Parlamento Europeu e do Conselho de 24 de junho de 2021 sobre o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e sobre o Fundo de Coesão: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/ALL/?uri=CELEX:32021R1058>. Os objetivos específicos do FEDER visados serão especificados em cada Convite à Apresentação de Propostas da Iniciativa Urbana Europeia - Ações Inovadoras.

² *Ibidem*.

um máximo de 5 milhões de euros de cofinanciamento do FEDER e a implementação do projeto deve ser realizada num período máximo de 3,5 anos.

A EUI é gerida pela Direção-Geral de Política Regional e Urbana (DG REGIO) da CE através de gestão indireta. A CE designou a Região Hauts-de-France (França) como Entidade de Confiança, para a implementação da EUI. O Secretariado Permanente da EUI foi criado para ajudar a Entidade de Confiança e para assegurar a gestão diária da EUI.

Com os presentes Termos de Referência, a Entidade de Confiança convida as autoridades elegíveis a apresentar propostas de projetos no âmbito do segundo Convite à Apresentação de Propostas EUI-IA. Para este Convite à Apresentação de Propostas, é atribuído um orçamento indicativo de 120 milhões de euros do FEDER.

O presente documento estabelece os requisitos e o processo a seguir para o segundo Convite à Apresentação de Propostas EUI-IA. Deve ser lido em conjunto com o documento Orientação EUI-IA (EUI-IA Guidance), o Documento de Trabalho de Cortesia do Formulário de Candidatura (Application Form Courtesy Working Document) e outros documentos publicados no *website* da EUI relacionados com o Convite.

2. AUTORIDADES ELEGÍVEIS – QUEM SE PODE CANDIDATAR

As seguintes autoridades podem solicitar apoio para levar a cabo a EUI-IA:

- **Primeira categoria:** qualquer autoridade urbana de uma unidade administrativa local definida de acordo com o grau de urbanização (DEGURBA) do Eurostat como cidade, vila ou subúrbio (correspondente ao código DEGURBA 1 ou código DEGURBA 2 do Eurostat) compreendendo pelo menos 50 000 habitantes.
- **Segunda categoria:** uma associação ou agrupamento de autoridades urbanas com estatuto jurídico de aglomeração organizada composta por Unidades Administrativas Locais, onde a maioria (pelo menos 51%) dos habitantes vive em Unidades Administrativas Locais definidas de acordo com o grau de urbanização (DEGURBA) do Eurostat como cidades, vilas ou subúrbios (correspondente ao código DEGURBA 1 ou código DEGURBA 2) e onde a população total combinada é de pelo menos 50 000 habitantes.
- **Terceira categoria:** uma associação ou agrupamento de autoridades urbanas sem estatuto jurídico de aglomerações organizadas em que todas as autoridades urbanas envolvidas (Autoridade Urbana Principal e Autoridades Urbanas Associadas) são Unidades Administrativas Locais definidas de acordo com o grau de urbanização (DEGURBA) do Eurostat como cidades,

vilas ou subúrbios (correspondente ao código DEGURBA 1 ou código DEGURBA 2) e onde a população total combinada (Autoridade Urbana Principal e Autoridades Urbanas Associadas) é de pelo menos 50 000 habitantes.

Apenas as autoridades urbanas elegíveis, tal como definidas acima, podem apresentar um Formulário de Candidatura no âmbito do Convite à Apresentação de Propostas EUI-IA.

A definição de Unidades Administrativas Locais, bem como a classificação de acordo com o grau de urbanização e os números sobre o número de habitantes baseiam-se na informação fornecida na tabela de correspondência EUI-IA ("EUI-IA_Call2_Correspondence_table": https://www.urban-initiative.eu/sites/default/files/2023-05/EUI-IA_Correspondence_table.xlsx). Esta tabela será utilizada como principal documento de referência para a Verificação de Elegibilidade. Os candidatos são convidados a consultar a tabela de correspondência para verificar a sua elegibilidade e fornecer informações sobre as Unidades Administrativas Locais incluídas nas suas fronteiras administrativas e os números relativos ao número de habitantes. Recomenda-se vivamente a realização de uma autoavaliação da elegibilidade (com base na tabela de Correspondência acima referida) antes do preenchimento do Formulário de Candidatura. Em caso de lacunas, incoerências ou dúvidas relativas à interpretação dos dados incluídos na tabela de correspondência EUI-IA, os candidatos são aconselhados a contactar o Secretariado Permanente antes de preencher e apresentar o Formulário de Candidatura. Durante o processo de seleção, o Secretariado Permanente efetuará a sua verificação de elegibilidade exclusivamente com base nas informações preenchidas no Formulário de Candidatura. Nos casos em que o estatuto do candidato como candidato elegível seja incerto, o Secretariado Permanente entrará em contacto com todos os parceiros relevantes, incluindo o Eurostat, para determinar a elegibilidade.

2.1 PRIMEIRA CATEGORIA

- Municípios/distritos cujas fronteiras administrativas correspondem a uma única Unidade Administrativa Local. Neste caso, a Unidade Administrativa Local será classificada como cidade, vila e subúrbios de acordo com o grau de urbanização (código 1 e/ou 2 na tabela de Correspondência – coluna Grau de Urbanização) e terá pelo menos 50 000 habitantes.
- Municípios cujas fronteiras administrativas incluem várias Unidades Administrativas Locais. É o caso dos municípios em Portugal, Irlanda, Grécia, Malta e Letónia, onde a definição do Eurostat de Unidade Administrativa Local não corresponde aos municípios, mas às unidades infra municipais (freguesias) ou unidades estatísticas (alas eleitorais). Neste caso, o município só pode ser elegível se tiver um total de 50 000 habitantes e se a maioria (pelo menos 51% dos habitantes) viver em Unidades Administrativas Locais classificadas como cidades, vilas ou subúrbios de acordo com o grau de urbanização (código 1 e/ou 2 na tabela de Correspondência – coluna Grau de Urbanização).

2.2 SEGUNDA CATEGORIA

Aglomerações organizadas que são uma associação/agrupamento de autoridades urbanas que cumprem os seguintes critérios:

- Ser oficialmente reconhecido como um nível de governo local (diferente do nível regional e provincial) pela lei nacional com a obrigação de os municípios aderirem à organização supramunicipal (por conseguinte, nesta categoria não estão incluídas associações que são compostas numa base voluntária, para um fim específico e/ou com uma duração limitada).
- Ser composto apenas por municípios (por conseguinte, nesta categoria não estão incluídas associações que envolvam outras instituições, tais como universidades, câmaras de comércio, etc.).
- Ter competências específicas, fixadas pela lei nacional, delegadas pelos municípios envolvidos para áreas políticas relevantes para o projeto EUI-IA. As associações são convidadas a fornecer uma referência precisa ao quadro jurídico nacional. As aglomerações organizadas terão competências exclusivas para a conceção e implementação em áreas de política relevantes para o projeto EUI-IA.
- Ter uma estrutura política (com representação indireta dos municípios envolvidos) e administrativa (pessoal dedicado) específica.

São exemplos de aglomerações organizadas elegíveis no quadro da EUI-IA:

- França: Métropoles, Communautés Urbaines, Communautés d'Agglomération, Etablissements Publics Territoriaux (EPT) e Communautés de Communes.
- Itália: apenas Città Metropolitane e Unione di Comuni. Note-se que os Consorzi, Gruppi di Azione Locale (GAL), Convenzione dei Comuni ou quaisquer outras aglomerações organizadas que não sejam consideradas autoridades locais pela legislação nacional italiana (Testo Unico degli Enti Locali) não são elegíveis.
- Alemanha: Landkreis.
- Espanha: Mancomunidades e Área Metropolitana de Barcelona. Note-se que as "Diputaciones provinciales" (governos provinciais) são consideradas organismos provinciais e, por conseguinte, não são reconhecidas como aglomerações organizadas elegíveis.
- Portugal: Comunidades Intermunicipais (CIM).

O Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial (AECT) cujas parcerias são compostas apenas por autoridades urbanas (como definido acima) e com competências específicas para a conceção e implementação de políticas relevantes para o Convite EUI-IA são consideradas aglomerações organizadas e, por conseguinte, podem candidatar-se no âmbito dos Convites à Apresentação de

Propostas EUI-IA como Autoridades Urbanas Principais ou Associadas. Os AECT cujas parcerias incluem outras organizações (por exemplo, Estados-Membros, autoridades regionais, associações, universidades, etc.) não são considerados aglomerações organizadas e não podem candidatar-se como Autoridades Urbanas Principais ou Associadas, mas podem aderir como Parceiros de Entrega numa proposta apresentada por uma autoridade urbana elegível.

No quadro da EUI-IA, as aglomerações organizadas são consideradas uma única autoridade urbana que representa todos os municípios envolvidos. Por este motivo, numa proposta de projeto apresentada por uma aglomeração organizada, esta deve ser indicada como Autoridade Urbana Principal. Para verificar a elegibilidade das aglomerações organizadas, o Secretariado Permanente verificará se o número total de habitantes é de pelo menos 50 000 e se a maioria (pelo menos 51% dos habitantes) vive em Unidades Administrativas Locais envolvidas na aglomeração que são classificadas como cidades, vilas ou subúrbios de acordo com o grau de urbanização.

2.3 TERCEIRA CATEGORIA

Qualquer associação de autoridades urbanas (associações nacionais/regionais de autoridades urbanas, pactos territoriais, distritos de desenvolvimento, etc.), bem como autoridades urbanas individuais sem acordos de cooperação formalizados, mas dispostas a candidatar-se conjuntamente, pode candidatar-se identificando uma Autoridade Urbana Principal entre os municípios envolvidos e indicar os outros como Autoridades Urbanas Associadas.

Para serem elegíveis, todas as autoridades urbanas envolvidas (Autoridades Urbanas Principais e Associadas) serão reconhecidas como Unidades Administrativas Locais e serão classificadas como cidades, vilas ou subúrbios de acordo com o grau de urbanização do Eurostat (código DEGURBA 1 ou código DEGURBA 2). No caso de autoridades urbanas cujas fronteiras administrativas incluem mais do que uma Unidade Administrativa Local, aplicam-se as mesmas regras para a definição do grau de urbanização descrito na secção 2.1. A relação entre as Autoridades Urbanas Principais e Associadas não precisa de ser formalizada no momento da apresentação do formulário de candidatura. Caso a proposta seja aprovada e apoiada, a relação terá de ser formalizada num formulário do Acordo de Parceria (o Secretariado Permanente fornecerá um modelo à Autoridade Urbana Principal).

Experiências anteriores mostram que projetos únicos apresentados por associações ou agrupamentos de cidades sem estatuto de aglomeração organizada, que incluem mais de três autoridades urbanas (Autoridades Urbanas Principais e Associadas) sem contiguidade territorial, correm o risco de perder coerência e ter dificuldades em produzir resultados significativos. Como tal, recomenda-se que as associações e/ou os agrupamentos de autoridades urbanas (sem estatuto de aglomeração organizada) que desejem candidatar-se sejam territorialmente contíguos e tentem limitar o número de Autoridades Urbanas Associadas envolvidas.

2.4 REQUISITOS COMUNS PARA AS AUTORIDADES URBANAS ELEGÍVEIS

Para além dos princípios acima delineados para cada categoria específica de autoridades urbanas elegíveis, os seguintes princípios aplicam-se a todas as autoridades urbanas elegíveis no quadro da EUI-IA:

- Todas as autoridades urbanas devem estar localizadas num Estado-Membro da UE.
- Apenas as autoridades urbanas elegíveis, tal como definidas acima, podem apresentar um Formulário de Candidatura no âmbito do Convite à Apresentação de Propostas EUI-IA. Um Formulário de Candidatura apresentado por um Parceiro de Entrega será declarado inelegível.
- As autoridades urbanas (tal como definidas acima) só podem ser indicadas numa proposta de projeto como Autoridades Urbanas Principais e/ou Associadas. A categoria de Parceiros de Entrega é reservada apenas a instituições e/ou organizações não reconhecidas como autoridades urbanas no quadro da EUI-IA.
- Se as soluções inovadoras exigirem uma abordagem de interface urbano-rural ou área funcional, é possível incluir Unidades Administrativas Locais definidas como rurais de acordo com o seu grau de urbanização (código DEGURBA 3 do Eurostat) como Parceiros de Entrega. Note-se que o seu número de habitantes não conta para atingir o limiar mínimo de elegibilidade de 50 000. A razão para incluir Unidades Administrativas Locais definidas como rurais deve ser claramente apresentada e justificada no Formulário de Candidatura.
- Uma autoridade urbana ou uma aglomeração organizada só pode ser envolvida numa única proposta de projeto no âmbito de cada Convite à Apresentação de Propostas (mesmo se estas propostas de projeto forem apresentadas sob temas diferentes no mesmo Convite à Apresentação de Propostas). A regra aplica-se também às Autoridades Urbanas Associadas (um município pode estar envolvido em apenas uma proposta de projeto quer seja como Autoridade Urbana Principal, quer como Autoridade Urbana Associada).
- As autoridades urbanas já apoiadas num projeto aprovado pela EUI-IA no âmbito de um Convite à Apresentação de Propostas anterior não podem apresentar um novo Formulário de Candidatura sobre o mesmo tema durante toda a duração da Iniciativa.
- As autoridades urbanas devem cumprir os requisitos relativos à exclusão do acesso ao financiamento (mais detalhes são fornecidos abaixo na Secção 8.5 "Critérios de exclusão para requerentes de subsídios" e na Orientação EUI-IA, Capítulo 3.3 "Critérios de exclusão dos candidatos a subvenções").

As agências e empresas (por exemplo, no domínio da gestão de energia/resíduos, desenvolvimento económico, promoção turística, etc.) total ou parcialmente detidas pelo município não são consideradas Unidades Administrativas Locais e, por conseguinte, não podem ser reconhecidas como autoridades urbanas elegíveis. No entanto, estas organizações podem ser envolvidas na Parceria como Parceiros de

Entrega (mais detalhes sobre os papéis e as responsabilidades dos Parceiros de Entrega são fornecidos no documento Orientação EUI-IA (EUI-IA Guidance), Capítulo 2.1.2 "Tipologia da Iniciativa Urbana Europeia – Parceiros de Ações Inovadoras" (Typology of the European Urban Initiative – Innovative Actions Partners).

Note-se que, no caso de associações ou agrupamentos de autoridades urbanas com estatuto jurídico de aglomerações organizadas (segunda categoria de autoridades elegíveis – ver acima para mais detalhes), a instituição, incluindo todas as outras autoridades urbanas envolvidas, é considerada uma única autoridade urbana no quadro da EUI-IA e, por conseguinte, a aglomeração deve ser indicada como a Autoridade Urbana Principal. No caso de associações ou agrupamentos de autoridades urbanas sem estatuto jurídico de aglomeração organizada (terceira categoria de autoridades elegíveis – ver acima para mais detalhes), solicita-se às autoridades urbanas envolvidas que identifiquem um município como Autoridade Urbana Principal e os outros municípios como Autoridades Urbanas Associadas.

3. COBERTURA TEMÁTICA PARA O SEGUNDO CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS EUI- IA

A EUI foi estabelecida como uma das ferramentas de apoio à implementação da Agenda Urbana para a UE – um veículo-chave para a implementação da Nova Carta de Leipzig. Em continuidade com a abordagem das Ações Inovadoras Urbanas, serão organizados Convites à Apresentação de Propostas EUI-IA sobre temas definidos pela CE assentes na Nova Carta de Leipzig e nas prioridades da CE que apresentam uma dimensão transversal, tais como as transições ecológicas e digitais. A fim de aumentar a legibilidade dos projetos EUI-IA no que respeita à política de coesão e facilitar a sua subsequente atualização e/ou replicação com o financiamento do FEDER, os Convites à Apresentação de Propostas EUI-IA especificam também os objetivos específicos da política de coesão visados pelo Convite. Os candidatos terão de prestar uma atenção especial para demonstrar a relevância das soluções que propõem para a política de coesão, à luz dos objetivos específicos apresentados. Uma lista de indicadores (ou seja, a serem utilizados e monitorizados juntamente com outros indicadores que os Parceiros de Projeto estabelecerão para si próprios) é também definida para facilitar a compreensão dos efeitos desejados a nível do projeto e permitir a agregação de resultados a nível da área política e/ou EUI-IA.

Para o segundo Convite à Apresentação de Propostas, os candidatos podem apresentar propostas de projetos centradas num dos três tópicos: Ecologização das Cidades, Turismo Sustentável ou Aproveitar os talentos em cidades em declínio.

3.1 ECOLOGIZAÇÃO DAS CIDADES

DEFINIÇÃO GERAL E CONTEXTO DO TEMA "ECOLOGIZAÇÃO DAS CIDADES"

A Europa e o mundo estão a enfrentar as crises da biodiversidade, do clima, da poluição e dos recursos, que estão intrinsecamente ligadas. As alterações climáticas aceleram a destruição do mundo natural através de secas, inundações e incêndios florestais, ao passo que a perda e a utilização insustentável da natureza são, por sua vez, fatores determinantes das alterações climáticas³. A poluição afeta a nossa saúde e o nosso ambiente, e os recursos escassos são desperdiçados numa economia linear. A emergência climática exige uma ação urgente para reduzir radicalmente as emissões, a fim de nos mantermos no bom caminho para limitar o aquecimento da Terra a 1,5 °C, e, ao mesmo tempo, para tornar a adaptação às alterações climáticas mais inteligente, mais rápida e mais sistémica⁴. Para além das alterações climáticas, outros fatores-chave da perda de biodiversidade — alterações na utilização dos solos e dos mares, sobre-exploração, poluição e espécies exóticas invasoras — estão a fazer desaparecer rapidamente a natureza.

As cidades europeias estão na linha da frente dos impactos destas múltiplas crises. Os espaços verdes urbanos perdem frequentemente na competição pelo solo, uma vez que a percentagem da população que vive nas zonas urbanas da UE continua a aumentar. Um em cada oito europeus que vivem nas cidades está exposto a níveis de poluentes atmosféricos que excedem as recomendações da OMS. As cidades geram cerca de 70 % das emissões globais de gases com efeito de estufa e, ao mesmo tempo, são particularmente vulneráveis aos impactos das alterações climáticas, como ondas de calor mais frequentes e prolongadas, secas, inundações ou escassez de água.

A abordagem conjunta dos desafios em matéria de biodiversidade, poluição, recursos e clima constitui o ponto de partida para a forma como a "ecologização das cidades" apoia os ecossistemas e reforça a resiliência. Neste contexto, a maior atenção dada às soluções no domínio das infraestruturas verdes e azuis⁵ (a seguir designadas "infraestruturas verdes") constitui uma abordagem eficaz e eficiente para enfrentar estes desafios nas cidades.

³ Estratégia de Biodiversidade da UE para 2030 (2022).

⁴ Análise do relatório do PIAC (2022), estratégia da UE para a adaptação às alterações climáticas (2021).

⁵ Na Estratégia sobre Infraestruturas Verdes da UE, a infraestrutura verde é definida como uma rede estrategicamente planeada de zonas naturais e seminaturais com outras características ambientais, concebida e gerida para proporcionar uma vasta gama de serviços ecossistémicos. Incorpora espaços verdes e outras características físicas em zonas terrestres (incluindo costeiras) e marinhas e, em terra, a infraestrutura verde está presente em ambientes urbanos e rurais. A infraestrutura azul é semelhante à infraestrutura verde e abrange as zonas naturais e seminaturais, incluindo os ecossistemas aquáticos e as zonas costeiras e marinhas. As zonas

Embora as infraestruturas verdes sejam importantes, não são, por si só, suficientes para alcançar um ambiente urbano saudável e verde. Por conseguinte, a integração das infraestruturas verdes noutros setores — para além da proteção da biodiversidade e da resposta ao desafio climático — é de grande relevância. Na mesma linha, como a ecologização das cidades é um conceito holístico, é importante abordar o tema de uma forma mais integrada e estabelecer ligações com um conjunto mais vasto de domínios políticos. Devem ser desenvolvidas ligações entre as infraestruturas verdes e outros domínios políticos, como a poluição zero do ar, da água e do solo, a mobilidade sustentável, a renovação de edifícios, a energia, a gestão da água, a economia circular e a saúde pública.

No âmbito do tema "Ecologização das Cidades", serão financiados projetos para experimentar e apresentar soluções inovadoras tangíveis em matéria de infraestruturas verdes nas cidades europeias, a fim de enfrentar melhor os desafios da biodiversidade, da poluição, dos recursos e do clima, incluindo o desenvolvimento de sinergias com outros domínios políticos fundamentais. Espera-se que as soluções inovadoras testadas no âmbito dos projetos financiados contribuam para os investimentos da política de coesão relacionados com a transição ecológica e justa, e que abarquem a questão de serem acessíveis a todos.

O tema "Ecologização das Cidades" contribui para uma série de políticas e iniciativas da UE, tais como o Pacto Ecológico Europeu, a Estratégia de Biodiversidade da UE, a Estratégia Florestal da UE, a Estratégia de Proteção do Solo da UE e a proposta de Lei da Restauração da Natureza, a Estratégia da UE para a Adaptação às Alterações Climáticas, a Estratégia da UE sobre Infraestruturas Verdes, o Plano de Ação da UE para a Poluição Zero, a Iniciativa Novo Bauhaus Europeu, a Estratégia da UE Vaga de Renovação, a Iniciativa Habitação a Preços Acessíveis, o Novo Quadro Europeu para a Mobilidade, as Missões da UE Cidades com Impacto Neutro no Clima e Inteligentes e Adaptação às Alterações Climáticas, a Parceria Europeia para a Promoção das Transições Urbanas do Horizonte Europa, o Pacto de Autarcas para o Clima e a Energia, o Acordo Cidade Verde, Prémios Capital Verde e Folha Verde da Europa e Desafio Cidades Inteligentes.

Além disso, o tema contribui para a Agenda Urbana da Parceria Temática da UE "Ecologização das Cidades" e tem interligações com a mesma. A parceria incide nas infraestruturas verdes e azuis num contexto urbano e criará ligações com outros setores políticos. O tópico "Ecologização das Cidades" é também coerente com o tema "Cidade Verde" da Nova Carta de Leipzig, que apresenta uma visão para o futuro urbano sustentável na Europa, com ênfase também nos aspetos sociais e económicos ("a cidade justa" e "a cidade produtiva").

A Comissão Europeia pretende obter uma carteira equilibrada de projetos que satisfaçam os mais elevados padrões de qualidade, refletindo simultaneamente as diversidades geográficas, espaciais e demográficas das cidades europeias. Espera-se que as propostas de projetos sejam altamente experimentais, ou seja, propostas que, provavelmente, não seriam financiadas por fontes de financiamento tradicionais ou convencionais.

periurbanas são de grande importância para o desenvolvimento de infraestruturas verdes, e o conceito de tais infraestruturas pode ser enriquecido com soluções baseadas na natureza.

RELEVÂNCIA E PAPEL DAS AUTORIDADES URBANAS

Enfrentar conjuntamente os desafios da biodiversidade, da poluição, dos recursos e do clima através de soluções de infraestruturas verdes é um domínio com um potencial significativo para as cidades. As respostas inovadoras aos desafios da biodiversidade, da poluição, dos recursos e do clima materializam-se através de ações concretas a nível local. O tema "Ecologização das Cidades", centrado nas infraestruturas verdes, liga uma série de autoridades, tipos de iniciativas e medidas regulamentares no terreno. As autoridades urbanas estão bem colocadas para estabelecer pontes entre diferentes autoridades e departamentos, ao mesmo tempo que experimentam soluções inovadoras para infraestruturas verdes existentes e/ou novas, melhorando, assim, a base de conhecimentos sobre o tema. Tendem também a gozar da confiança dos cidadãos, o que é essencial para obter a aceitação local dos projetos de infraestruturas verdes, especialmente através do envolvimento participativo das partes interessadas.

Existem ligações inextricáveis entre a biodiversidade, a poluição, os recursos e os desafios climáticos, pelo que é necessário concentrarmo-nos em soluções de infraestruturas verdes que os resolvam de forma holística. No entanto, na prática, estes desafios são muitas vezes abordados nos seus próprios domínios, pelo que, ao reunir as soluções de infraestruturas verdes numa perspetiva urbana, existe uma oportunidade para promover uma abordagem mais holística. As soluções inovadoras testadas pelas autoridades urbanas que abordam simultaneamente as sinergias entre a proteção da biodiversidade, os objetivos de poluição zero e a atenuação/adaptação às alterações climáticas, tendo também em conta os impactos sociais, oferecem a oportunidade de maximizar os benefícios conexos e ajudam a satisfazer as aspirações de desenvolvimento para todos.

As autoridades urbanas estão bem posicionadas para experimentar soluções inovadoras que permitam fazer avançar os múltiplos benefícios das infraestruturas verdes, estabelecendo simultaneamente ligações temáticas a um conjunto mais vasto de domínios políticos, como a poluição zero do ar, da água e do solo, a mobilidade sustentável, a renovação ecológica dos edifícios, a transição para energias limpas, a gestão da água e a saúde pública. As propostas de projetos no âmbito deste tópico devem, por conseguinte, centrar-se em soluções de infraestruturas verdes com ligações claras e fortes a outros domínios políticos. Por exemplo, as ideias inovadoras testadas nas cidades podem contribuir para a atenuação das alterações climáticas diretamente através da fixação do carbono, ou indiretamente através da redução da procura de energia, e proporcionar importantes benefícios conexos, como a redução da poluição, por exemplo, através de modos de mobilidade ativa relacionados com as infraestruturas verdes, como o ciclismo e a marcha. Essas ideias poderiam também apoiar a adaptação às alterações climáticas, por exemplo, atenuando os efeitos das ilhas de calor nas cidades e reduzindo as necessidades de arrefecimento e aquecimento dos edifícios através de telhados e paredes verdes. Além disso, muitos estudos demonstraram a ligação positiva entre as infraestruturas verdes e a saúde humana e, através de soluções inovadoras, as autoridades urbanas poderiam testar novas soluções economicamente eficientes para questões de saúde pública. Além disso, embora as capitais e as maiores aglomerações possam ter mais capacidade para incorporar inovação de ponta nas suas abordagens, incluindo novas soluções nunca antes testadas na UE, a inovação é importante para cidades de todas as dimensões.

As propostas de projetos não devem ser elaboradas isoladamente das ações a médio e longo prazo destinadas a enfrentar os desafios nos domínios da biodiversidade, da poluição, da escassez de recursos e do clima e devem ser integradas nas abordagens estratégicas e sistemáticas existentes para a ecologização e/ou a neutralidade climática de uma cidade. Essas abordagens⁶ podem, por exemplo, incluir estratégias de desenvolvimento urbano sustentável da política de coesão⁷ ou contratos de “Cidade do Clima” preparados pelas cidades envolvidas ou que aderiram à Missão da UE para Cidades Inteligentes e com Impacto Neutro no Clima, ou atividades das cidades que assinaram ou subscreveram a Carta da Missão da UE para a Adaptação às Alterações Climáticas. Essa integração em estratégias e planos urbanos relevantes será avaliada na avaliação estratégica das propostas de projetos⁸.

SUGESTÕES PARA AS AUTORIDADES URBANAS

Sem ser prescritivo em termos de resposta esperada, que pode variar significativamente de uma cidade para outra, tendo em conta a sua dimensão, características internas e desafios, os candidatos são convidados a considerar os temas e questões listados abaixo na preparação das suas propostas de projetos⁹. Testar medidas ligadas a mais do que um destes temas e questões, de forma integrada, é também possível e altamente recomendado para o tema do presente convite.

- **Desenvolver e melhorar os espaços verdes urbanos**, concentrando-se em projetos que contribuam para travar a perda de biodiversidade, reduzir de forma verificável e significativa a poluição atmosférica e combater as ondas de calor e, ao mesmo tempo, atingir os objetivos climáticos e melhorar a saúde e o bem-estar dos cidadãos;
- **Construir corredores verdes de mobilidade** com a ajuda de infraestruturas verdes dentro das zonas urbanas e entre os centros urbanos e as zonas periurbanas que contribuam para reduzir a poluição do ar e do solo e o ruído, utilizando a inteligência artificial para os sistemas de gestão do tráfego, promovendo a mobilidade urbana multimodal sustentável, incluindo os modos de mobilidade ativa, como a bicicleta, e, ao mesmo tempo, atingindo os objetivos climáticos e melhorando a saúde e o bem-estar dos cidadãos;
- **Prevenir secas e inundações** através de projetos centrados na gestão sustentável da água, incluindo a água da chuva, em zonas urbanas, com a ajuda de infraestruturas verdes que contribuam para prevenir secas e inundações, bem como para melhorar a qualidade da água e, ao mesmo tempo, reduzir os riscos de catástrofes e a ocupação dos solos;
- **Conceber e renovar os edifícios e as suas zonas circundantes, em especial nos bairros socialmente desfavorecidos, com soluções baseadas na natureza**, integrando infraestruturas verdes e soluções baseadas na natureza na conceção e/ou renovação dos edifícios e das suas

⁶ A lista de abordagens estratégicas/sistémicas é exemplar.

⁷ Artigo 11.º do Regulamento (UE) 2021/1058 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de junho de 2021, relativo ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e ao Fundo de Coesão.

⁸ Para mais informações sobre o processo de seleção, consultar a secção 3.2 do [Guia do Candidato da EUI-IA](#).

⁹ Em todo o documento, a expressão “infraestrutura verde” refere-se *tanto* à infraestrutura verde *como* à azul.

zonas circundantes, incluindo uma gestão eficiente dos recursos, nomeadamente através da utilização de materiais de construção reciclados. Essas soluções devem melhorar a eficiência energética e reduzir as emissões de gases com efeito de estufa e de poluentes atmosféricos dos edifícios, além de contribuírem para a realização dos objetivos climáticos através, por exemplo, da criação de oportunidades de adaptação às alterações climáticas e de armazenamento e fixação do carbono.

Ao centrarem-se nas orientações acima referidas, espera-se que as propostas de projetos criem múltiplos benefícios económicos, sociais e ambientais, tais como a contribuição para um ambiente urbano mais saudável e mais resiliente, a introdução de novos modelos e práticas empresariais (por exemplo, contratos públicos ecológicos inovadores), bem como novas abordagens e ferramentas para o reforço das capacidades no sentido de cidades mais ecológicas e sustentáveis, para a participação dos cidadãos e para a ecologização das práticas de financiamento/orçamento das cidades. Tendo em conta os objetivos de transição, ao abordar as sugestões, espera-se que as propostas de projetos integrem nos seus conceitos medidas que façam avançar a transição para a energia verde e conduzam a uma menor dependência das importações de combustíveis (por exemplo, a introdução de fontes de energia renováveis limpas e sem combustão, ações práticas de poupança de energia). Na mesma linha, espera-se que as propostas de projetos introduzam medidas que promovam a transição para uma economia circular e eficiente em termos de recursos (por exemplo, reduzindo os resíduos e a poluição através da reparação, reutilização e redução).

OBJETIVOS DA POLÍTICA DE COESÃO

- Objetivo específico 2.1 para uma Europa mais verde ao *"promover a eficiência energética e reduzir as emissões de gases com efeito de estufa"*;
- Objetivo específico 2.4 para uma Europa mais verde ao *"promover a adaptação às alterações climáticas, a prevenção dos riscos de catástrofe e a resiliência, tendo em conta abordagens baseadas em ecossistemas"*;
- Objetivo específico 2.5. para uma Europa mais verde ao *"promover o acesso à água e a gestão sustentável da água"*;
- Objetivo específico 2.7 para uma Europa mais verde ao *"reforçar a proteção e preservação da natureza, a biodiversidade e as infraestruturas verdes, inclusive nas zonas urbanas, e reduzir todas as formas de poluição"*;
- Objetivo específico 2.8 para uma Europa mais verde ao *"promover a mobilidade urbana multimodal sustentável, como parte da transição para uma economia com zero emissões líquidas de carbono"*;
- Objetivo específico 5.1 para uma Europa mais próxima dos cidadãos ao *"promover o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo, a cultura, o património natural, o turismo sustentável e a segurança nas zonas urbanas"*.

INDICADORES DE RESULTADOS E REALIZAÇÕES

As propostas de projetos serão avaliadas, entre outros critérios, pela sua capacidade de obter resultados credíveis e pela solidez da sua metodologia para medir esses resultados.

No contexto do presente tema, em particular, as autoridades urbanas são convidadas a definir um conjunto de indicadores que captem de forma integrada todos os objetivos interligados em matéria de biodiversidade e clima, bem como as ligações das infraestruturas verdes com as políticas setoriais.

Nas suas candidaturas, as autoridades urbanas podem referir-se a qualquer um dos indicadores abaixo indicados, sempre que tal seja relevante para as suas ideias de projeto. A lista não é prescritiva ou exaustiva. Inclui indicadores que não são exclusivamente específicos do tema Ecologização das Cidades, mas que podem ser úteis para expressar resultados tangíveis, pelo que vale a pena considerá-los. Esses indicadores devem ser complementados por indicadores relevantes para o projeto específico.

As autoridades urbanas são livres de definir os seus próprios indicadores específicos do projeto, tendo em conta os indicadores enumerados, a fim de refletir da forma mais clara e convincente as mudanças que o seu projeto tem potencial para realizar.

Indicadores de realizações

- Novos produtos e serviços criados (*unidade de medida*: novos produtos/serviços);
- Infraestruturas apoiadas (novas, renovadas, reconvertidas ou modernizadas) (*unidade de medida*: infraestruturas apoiadas);
- Novos equipamentos criados e/ou apoiados (*unidade de medida*: novos equipamentos);
- Pessoas apoiadas (formadas, requalificadas, acompanhadas ou assistidas) (*unidade de medida*: pessoas);
- Habitações com melhor desempenho energético (*unidade de medida*: habitações);
- Edifícios públicos com melhor desempenho energético (*unidade de medida*: metros quadrados);
- Faixa costeira, margens de rios e lagos e proteção contra deslizamentos de terras recentemente construídas ou consolidadas para proteger pessoas, bens e o ambiente natural (*unidade de medida*: hectares);
- Infraestruturas verdes construídas para adaptação às alterações climáticas (*unidade de medida*: hectares);
- Superfície de infraestruturas verdes apoiadas em zonas urbanas (*unidade de medida*: metros quadrados);
- Superfície das terras rehabilitadas apoiadas (*unidade de medida*: hectares);

- Sistemas de controlo da poluição atmosférica instalados (*unidade de medida*: número de sistemas¹⁰);
- Partes interessadas envolvidas na preparação e na coimplementação do projeto (*unidade de medida*: participações das partes interessadas);
- Cidadãos envolvidos na preparação e na coimplementação do projeto; (*unidade de medida*: pessoas);
- Espaços abertos criados ou reabilitados em zonas urbanas (*unidade de medida*: metros quadrados);
- Espaços urbanos disponíveis para as pessoas, áreas verdes acessíveis para atividades desportivas e recreativas (*unidade de medida*: hectares).

Indicadores de resultados

- Empregos criados em entidades apoiadas (*unidade de medida*: ETI anuais);
- Utilizadores de serviços, produtos e processos digitais novos e melhorados (*unidade de medida*: utilizadores/ano);
- Redução do consumo de energia final anual (*unidade de medida*: percentagem de redução em relação ao ano anterior);
- Estimativa das emissões de gases com efeito de estufa (*unidade de medida*: toneladas de CO₂eq/ano);
- Habitações com melhor desempenho energético (*unidade de medida*: habitações, redução do consumo de energia (kWh/m²));
- Edifícios públicos com melhor desempenho energético (*unidade de medida*: metros quadrados, redução do consumo de energia (kWh/m²));
- Melhoria da qualidade do ar (*unidade de medida*: concentrações de partículas finas (PM_{2,5}));
- Terrenos reabilitados utilizados para zonas verdes e biodiversidade protegida (*unidade de medida*: hectares);
- Aumento da população que utiliza opções de mobilidade ativa (*unidade de medida*: percentagem da população local);

¹⁰ As estações de medição devem cumprir os requisitos de qualidade estabelecidos na legislação da UE relativa à qualidade do ar, nomeadamente 2008/50 e 2004/107, e são devidamente comunicadas à Agência Europeia do Ambiente em conformidade com a Decisão 2011/850.

- População que beneficia das medidas de proteção contra inundações (*unidade de medida*: percentagem da população local protegida);
- População que beneficia de medidas de proteção contra catástrofes naturais relacionadas com o clima (exceto inundações e incêndios florestais) (*unidade de medida*: percentagem da população local protegida);
- Nível de participação alcançado no envolvimento com as comunidades locais (informação, consulta, cocriação, codecisão) (*unidade de medida*: percentagem da população local envolvida).

3.2 TURISMO SUSTENTÁVEL

DEFINIÇÃO GERAL E CONTEXTO DO TEMA "TURISMO SUSTENTÁVEL"

O turismo europeu é um ecossistema vibrante que, antes da crise da COVID-19, contribuía para cerca de 10 % do PIB da UE, gerava quase 12 % do emprego total da UE e fez da UE o principal destino turístico do mundo. Para muitas regiões e cidades da UE, o turismo é um contributo fundamental para o tecido económico e social, proporcionando emprego e rendimentos, muitas vezes concentrados em regiões sem fontes alternativas de emprego e envolvendo trabalhadores pouco qualificados. Ao mesmo tempo, o turismo pode ser um instrumento poderoso para combater o declínio económico, o desemprego e o despovoamento das zonas de destino, estimular a melhoria das infraestruturas e serviços públicos básicos, valorizar o património natural e cultural e impulsionar a transformação digital e ecológica ao longo da cadeia de valor.

A pandemia de COVID-19 provocou uma crise sem precedentes na indústria e nos destinos turísticos, expondo a vulnerabilidade do ecossistema a choques internos e externos. A perda de receitas foi especialmente prejudicial para as regiões dependentes do setor, pondo em risco milhões de postos de trabalho¹¹, enfraquecendo assim o seu potencial transformador. A capacidade de recuperação e de investimento do ecossistema turístico foi fortemente enfraquecida pela pandemia, com o maior défice de investimento estimado entre todos os ecossistemas industriais. Para além da perda de receitas, a escassez de mão-de-obra qualificada no turismo é outro desafio agravado em consequência da pandemia. O atual contexto global de recessão e crise energética, causado pela agressão russa à Ucrânia, também está a ter um impacto significativo nas empresas de turismo, em particular nas PME.

Para além das respostas imediatas à crise, baseadas principalmente em regimes de emprego a curto prazo e no apoio à liquidez das PME, o processo de recuperação está a ser impulsionado por esforços destinados a resolver as vulnerabilidades mais estruturais dos atuais modelos de turismo, bem como a garantir a competitividade, a sustentabilidade e a resistência do setor a longo prazo aos choques atuais e futuros. Estas medidas a longo prazo são necessárias para manter a Europa na liderança mundial como um destino de qualidade, sustentável, inclusivo e inovador, bem como para assegurar a sustentabilidade

¹¹ Barómetro da Organização Mundial do Turismo (OMT) das Nações Unidas (2020), Volume 18, Número 6, outubro de 2020.

social e ambiental e a qualidade de vida nas cidades, vilas e regiões turísticas. Desafios como o elevado grau de sazonalidade e a distribuição geográfica desigual em alguns destinos determinam a flutuação das receitas, do emprego e a subutilização ou sobreutilização de infraestruturas, serviços e recursos. Estes fatores têm potenciais efeitos negativos para as comunidades de acolhimento, o clima e o ambiente, bem como para as empresas do setor. Ao mesmo tempo, a rápida evolução das expectativas e das exigências dos consumidores, bem como a prontidão das empresas para se transformarem, constituem uma oportunidade para se avançar para um ecossistema mais sustentável, digital e inclusivo.

As empresas e os destinos turísticos devem empenhar-se na ação climática, por exemplo, aplicando modelos de circularidade, reduzindo a pegada ambiental, assegurando a adaptação às alterações climáticas e aplicando regimes de sustentabilidade.) Os serviços de turismo baseados em dados e o reforço das capacidades digitais das PME são essenciais para a competitividade das empresas. A dimensão social do setor deve ser moldada por considerações adicionais relativas à igualdade de oportunidades, à acessibilidade, à acessibilidade dos preços e à criação de um impacto positivo nas comunidades locais.

A Comissão apoia a transformação ecológica e digital a longo prazo e a resiliência do ecossistema turístico, tal como descrito nas [Vias de transição para o turismo](#). Na sequência de um processo de cocriação, a Comissão publicou este roteiro estratégico para o setor no início de 2022, descrevendo as medidas e as realizações necessárias para acelerar as transições ecológica e digital e melhorar a resiliência do ecossistema do turismo e convidando as partes interessadas do turismo a participar e a desempenhar o seu papel na iniciativa. Com base no relatório, o Conselho da UE adotou conclusões que estabelecem a [Agenda Europeia para o Turismo 2030](#) e um plano de trabalho plurianual correspondente da UE para apoiar os Estados-Membros, as autoridades públicas e as partes interessadas pertinentes.

Outras iniciativas políticas da UE particularmente importantes para aumentar a competitividade do turismo são o [Pacto Ecológico Europeu](#), o [Pacto Europeu para as Competências](#) e a [Estratégia Europeia para os Dados](#).

A política de coesão da UE, em particular através do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, tem sido tradicionalmente uma aliada das regiões europeias nos seus esforços para acrescentar valor aos ativos geográficos e ao património cultural e histórico e apoiar o turismo de uma forma eficiente e sustentável. No período de programação de 2021-2027, a política de coesão continua a oferecer um vasto âmbito de apoio ao turismo sustentável e uma oportunidade para apoiar a transformação digital e ecológica, reforçando a resiliência e a sustentabilidade a longo prazo do setor no âmbito de todos os objetivos políticos, tendo em conta as Vias de transição para o turismo, e introduziu um objetivo específico dedicado ao turismo (ver abaixo).

Além disso, o tema contribui para a parceria temática "Turismo Sustentável" da Agenda Urbana para a UE e tem interligações com a mesma. A parceria centra-se em questões relacionadas com o turismo nas cidades, que é uma componente crucial de um desenvolvimento sustentável das economias urbanas.

A Comissão Europeia pretende obter uma carteira equilibrada de projetos que satisfaçam os mais elevados padrões de qualidade, refletindo simultaneamente as diversidades geográficas, espaciais e demográficas das cidades europeias. Espera-se que as propostas de projetos sejam altamente

experimentais, ou seja, propostas que, provavelmente, não seriam financiadas por fontes de financiamento tradicionais ou convencionais.

RELEVÂNCIA E PAPEL DAS AUTORIDADES URBANAS

O turismo urbano sustentável pode ser um motor de desenvolvimento local, contribuindo para os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, desde a promoção da criação de emprego até ao contributo para o crescimento sustentável e inclusivo, passando pela captação de investimentos e pela mudança para práticas inovadoras e mais ecológicas, para citar apenas alguns. Estes contributos refletem, em última análise, a forma como uma cidade se desenvolve e se apresenta, melhorando as condições tanto para os residentes como para os visitantes.

No entanto, as autoridades urbanas não só têm de enfrentar o impacto da COVID-19 no setor e as mudanças estruturais no sentido de modelos de turismo mais sustentáveis, como também são confrontadas com desafios específicos colocados no contexto do turismo urbano sustentável, tais como o equilíbrio cuidadoso das necessidades dos visitantes e dos residentes, o congestionamento dos fluxos turísticos nas cidades, a acessibilidade dos espaços e serviços públicos e os desafios ambientais e sociais específicos trazidos pelo "excesso de turismo". Estes desafios variam consoante a dimensão da cidade e a sua posição na paisagem industrial e têm implicações para a região mais alargada da cidade e para as suas ligações (transportes, serviços públicos, cultura, integração em rede) com a área circundante. Além disso, embora as capitais e as aglomerações de maior dimensão possam ter mais capacidade para incorporar inovação de ponta nas suas abordagens, incluindo novas soluções nunca antes testadas na UE, a inovação é importante para cidades de todas as dimensões.

As estratégias de turismo sustentável nos centros urbanos não têm de se limitar à própria cidade, podendo também melhorar ativamente as ligações com as áreas e cidades circundantes mais pequenas, reduzindo, assim, as pressões sobre os centros urbanos e criando mais oportunidades para toda a região. No entanto, as cidades estão numa posição única no panorama do ecossistema turístico, aplicando também quadros políticos e legislativos mais amplos para impulsionar a recuperação e a transformação do setor do turismo para modelos mais sustentáveis e resilientes. Por um lado, as cidades, enquanto destinos turísticos, englobam em si ecossistemas turísticos únicos e reúnem uma rede de intervenientes no turismo, múltiplas atrações e diversos tipos de visitantes numa área comparativamente pequena. Por outro lado, as autoridades urbanas podem complementar a política de turismo e o quadro regulamentar existentes, implementando políticas de turismo de base local no âmbito de uma visão global do desenvolvimento urbano. Ao introduzirem soluções únicas e políticas abrangentes para a promoção e gestão do turismo sustentável, as cidades podem dar o exemplo às cidades, aldeias e regiões mais pequenas, que são mais dependentes do turismo para a sua economia, especialmente em termos de redução da dependência excessiva de um único setor e de combinação das atividades económicas do turismo com outros investimentos e esforços de criação de emprego para a diversificação para outros setores.

SUGESTÕES PARA AS AUTORIDADES URBANAS

Sem ser prescritivo em termos de resposta esperada, que pode variar significativamente de uma cidade para outra, tendo em conta a sua dimensão, características internas e desafios, os candidatos são

convidados a considerar os temas e questões listados abaixo na preparação das suas propostas de projetos. Testar medidas ligadas a mais do que um destes temas e questões, de forma integrada, é também possível e altamente recomendado para o tema do presente convite.

- Diversificar o produto turístico para formas variadas de turismo inteligente, sustentável e acessível, digitalizar os serviços turísticos, alargar o seu alcance geográfico e sazonal para um ciclo económico e cultural anual mais equilibrado e servir uma gama mais vasta de tipos de visitantes, bem como contribuir para os meios de subsistência das comunidades locais;
- Impulsionar a transformação ecológica e digital do setor do turismo no contexto urbano, incluindo a transição para a economia circular, modelos de negócio de turismo inteligentes e adaptação às alterações climáticas, em estreita cooperação com oportunidades de requalificação e melhoria de competências digitais e ecológicas, que correspondam às competências e qualificações procuradas no turismo;
- Fomentar a inclusão social e a inovação através do turismo, nomeadamente apoiando medidas de acessibilidade e de acessibilidade dos preços, e empresas de turismo da economia social que facilitem a criação de empregos resilientes e sustentáveis, com especial destaque para a inclusão de grupos vulneráveis e marginalizados;
- Modelos inovadores de gestão de destinos baseados em dados em tempo real dos fluxos turísticos, especialmente com vista a resolver o problema dos locais de turismo sobrelotados e a alcançar uma abordagem mais equilibrada e distribuída, nomeadamente através de plataformas digitais de colaboração e de rotas de turismo urbano inovadoras, sustentáveis e inclusivas;
- Reforçar o papel das cidades como portas de entrada no contexto regional mais vasto do turismo, especialmente em regiões menos conhecidas com elevado potencial turístico, através da promoção de ligações urbano-rurais no contexto do turismo, incluindo a capitalização de bens culturais e locais de património na proximidade de centros urbanos e áreas circundantes;
- Novos modelos de governação do turismo, incluindo ferramentas participativas e de colaboração para reforçar a participação local e das partes interessadas, medidas de gestão de crises, mecanismos inovadores de recolha de dados, sistemas para gerir a pressão sobre os recursos e serviços públicos e medidas que respondam às necessidades sociais e de alojamento, bem como a considerações relativas ao custo e à qualidade de vida.

OBJETIVOS DA POLÍTICA DE COESÃO

- Objetivo específico 4.6 para uma Europa mais social e inclusiva ao *"reforçar o papel da cultura e do turismo sustentável no desenvolvimento económico, na inclusão social e na inovação social"*;
- Objetivo específico 5.1 para uma Europa mais próxima dos cidadãos ao *"promover o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo, a cultura, o património natural, o turismo sustentável e a segurança nas zonas urbanas"*.

INDICADORES DE RESULTADOS E REALIZAÇÕES

As propostas de projetos serão avaliadas, entre outros critérios, com base na sua capacidade de obter resultados credíveis e na solidez da sua metodologia para medir esses resultados.

Nas suas candidaturas, as autoridades urbanas podem referir-se a qualquer um dos indicadores enumerados abaixo, sempre que tal seja relevante para as suas ideias de projeto. A lista não é prescritiva nem exaustiva. Inclui indicadores genéricos que não se correlacionam explicitamente com o objeto do convite, mas cuja utilização pode ser útil para expressar resultados tangíveis. Estes indicadores devem ser complementados por indicadores relevantes para o projeto específico.

As autoridades urbanas são livres de definir os seus próprios indicadores específicos do projeto, tendo em conta os indicadores enumerados, a fim de refletir da forma mais clara e convincente as mudanças que o seu projeto tem potencial para realizar.

Indicadores de realizações

- Número de sítios culturais e turísticos apoiados (*unidade de medida*: sítios culturais e turísticos);
- Empresas apoiadas (das quais: micro, pequenas, médias e grandes) (*unidade de medida*: empresas);
- Organizações de gestão de destinos apoiadas (*unidade de medida*: organizações);
- Valor dos serviços, produtos e processos digitais desenvolvidos para as empresas (*unidade de medida*: euro);
- Infraestruturas apoiadas (novas, renovadas, reconvertidas ou modernizadas) (*unidade de medida*: infraestruturas apoiadas);
- Novos equipamentos criados e/ou apoiados (*unidade de medida*: novos equipamentos);
- População abrangida por projetos no âmbito de ações integradas para a inclusão socioeconómica de comunidades marginalizadas, agregados familiares com baixos rendimentos e grupos desfavorecidos (*unidade de medida*: pessoas);
- Participações em ações conjuntas de promoção da igualdade entre homens e mulheres, da igualdade de oportunidades e da inclusão social (*unidade de medida*: participações);
- Pessoas apoiadas (formadas, requalificadas, acompanhadas ou assistidas) (*unidade de medida*: pessoas);
- Partes interessadas envolvidas na preparação e na coimplementação do projeto (*unidade de medida*: participações das partes interessadas).

Indicadores de resultados

- Visitantes de sítios culturais e turísticos apoiados (*unidade de medida*: visitantes/ano);
- Percentagem de atrações turísticas que são acessíveis a pessoas com deficiência e/ou que participam em sistemas de acessibilidade reconhecidos (percentagem de atrações acessíveis);
- Empregos criados em entidades apoiadas (*unidade de medida*: ETI anuais);
- PME que introduzem inovação de produtos, processos, marketing ou organização (unidade de medida: empresas);
- Empresas novas que sobrevivem no mercado (*unidade de medida*: empresas);
- Número de empresas apoiadas para se registarem no EMAS (*unidade de medida*: empresas);
- Número de empresas apoiadas para se candidatarem ao rótulo ecológico da UE ou a outros rótulos ecológicos EN ISO 140024 de tipo I ou a rótulos voluntários equivalentes, que sejam independentes, baseados em critérios múltiplos e verificados por terceiros (*unidade de medida*: empresas);
- PME que participam em atividades de governação do destino (unidade de medida: participações);
- Utilizadores de serviços, produtos e processos digitais novos e melhorados (*unidade de medida*: utilizadores/ano);
- Nível de participação alcançado no envolvimento com as comunidades locais (informação, consulta, cocriação, codecisão) (*unidade de medida*: percentagem da população local envolvida).

3.3 APROVEITAR OS TALENTOS EM CIDADES EM DECLÍNIO

DEFINIÇÃO GERAL E CONTEXTO DO TEMA "APROVEITAR OS TALENTOS EM CIDADES EM DECLÍNIO"

As tendências demográficas das últimas décadas, nomeadamente o envelhecimento e o declínio das taxas de natalidade não compensados pela migração interna, estão a remodelar as perspetivas de crescimento e desenvolvimento territorial da União Europeia. Embora todas as regiões da UE registem uma diminuição da sua população em idade ativa, muitas estão mais preocupadas.

Na [Comunicação "Aproveitar os talentos nas regiões da Europa"](#), publicada em 17 de janeiro de 2023, a Comissão Europeia identifica 82 regiões em 16 Estados-Membros, que representam quase 30 % da população da UE, mais gravemente afetadas por este declínio da população em idade ativa, combinado com uma percentagem baixa e estagnada de diplomados do ensino superior, ou por uma emigração líquida da sua população entre os 15 e os 39 anos.

Estas regiões encontram-se, ou correm o risco de cair, numa **armadilha de desenvolvimento de talentos** que poderá aprofundar os seus desafios estruturais específicos (por exemplo, ineficiências no mercado de trabalho, diversificação económica limitada ou dependência excessiva de setores em declínio, baixo desempenho em matéria de inovação que reduz a procura de trabalhadores altamente qualificados, resultados sociais mais pobres e um acesso mais restrito a serviços essenciais) e prejudicar seriamente o seu crescimento sustentável e potencial de atratividade. Se não for abordado, este processo desencadeará novas e crescentes disparidades territoriais e o sentimento dos habitantes e das comunidades destas regiões de serem deixados para trás.

Como sublinha a Comunicação, para enfrentar estes desafios será necessário mobilizar um vasto leque de instrumentos e políticas da UE existentes para apoiar a revitalização económica e o desenvolvimento das competências adequadas para atrair atividades de elevado potencial, tendo sido criado um mecanismo específico de promoção de talentos. **A política de coesão estará naturalmente na vanguarda** destes esforços coordenados, ajudando as regiões a reforçar a sua capacidade de atração de talentos, diversificando as suas economias, melhorando a acessibilidade aos serviços, aumentando a eficiência das administrações públicas e assegurando o envolvimento das autoridades locais e regionais através de estratégias locais específicas.

Neste contexto, a Iniciativa Urbana Europeia (IUE) é integrada no mecanismo de promoção de talentos através deste novo convite à apresentação de propostas sobre ações inovadoras destinadas a apoiar as cidades, em especial nas regiões supramencionadas, a **testar novas soluções para reter e atrair talentos**. O convite procura identificar projetos-piloto integrados e localizados, ou seja, que envolvam as comunidades locais em experiências à escala urbana e que abordem as dimensões económica, social e ambiental dos desafios demográficos enfrentados, de uma forma que possa **inspirar a utilização dos programas da política de coesão nestas áreas urbanas**. Em particular, a capitalização e a transferência de conhecimentos, bem como a replicação e/ou a ampliação das experiências mais bem sucedidas com investimentos do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) ao abrigo dos objetivos específicos enumerados nas "Metas da política de coesão" (ver secção abaixo) podem, assim, contribuir para o processo de revitalização mais sistemático a longo prazo.

A Comissão Europeia pretende alcançar uma carteira equilibrada de projetos que satisfaçam os mais elevados padrões de qualidade, refletindo simultaneamente as diversidades geográficas, espaciais e demográficas das cidades europeias.

RELEVÂNCIA E PAPEL DAS AUTORIDADES URBANAS

Independentemente de pertencerem ou não a regiões que se encontram ou correm o risco de cair numa armadilha de desenvolvimento de talentos, as cidades confrontadas com uma rápida diminuição da população em idade ativa e que não conseguem atrair e/ou reter residentes mais jovens e/ou mais qualificados, são confrontadas com uma ameaça direta de declínio, com a emigração da sua mão-de-obra qualificada e com a escassez de competências e de mão-de-obra que dificulta a sua competitividade. Fatores como o envelhecimento da população remanescente, o aumento relativo do rácio entre trabalhadores e dependentes, bem como a proporção de grupos menos qualificados e com baixos rendimentos, frequentemente associados ao declínio, podem ter efeitos que se reforçam mutuamente.

O défice de trabalhadores qualificados constitui um travão à diversificação económica e/ou à instalação de indústrias mais competitivas. Traduz-se também em menores receitas fiscais para as administrações municipais e em maiores custos *per capita* para manter os serviços e infraestruturas locais de que a população "cativa" tem uma necessidade crucial. A longo prazo, a qualidade dos espaços públicos e os níveis de serviço das infraestruturas de bem-estar, como a educação, o emprego, os transportes públicos ou a saúde, podem ser afetados. Todo o ambiente urbano pode também deteriorar-se devido ao declínio da prosperidade económica (por exemplo, o encerramento de antigas zonas de produção comercial ou industrial que se transformam em zonas industriais abandonadas), passando globalmente uma imagem negativa da cidade, o que leva a que ainda mais pessoas e empresas saiam¹².

As capitais, as aglomerações de maior dimensão e/ou os centros regionais, por acolherem uma concentração de atividades económicas e oportunidades de emprego e serviços associados¹³, têm menos probabilidades de estar expostos a estas ameaças do que as cidades de pequena e média dimensão¹⁴. Além disso, embora as capitais e as aglomerações de maior dimensão possam ter mais capacidade para incorporar inovação de ponta nas suas abordagens, incluindo novas soluções nunca antes testadas na UE, a inovação é importante para cidades de todas as dimensões. Por conseguinte, será fundamental que os candidatos **demonstrem que a sua cidade é afetada pela combinação de desafios demográficos e dificuldades em atrair, reter ou desenvolver os talentos, as competências e as qualificações** necessárias para atenuar este impacto, tal como referido na Comunicação sobre o aproveitamento dos talentos nas regiões da Europa, independentemente de pertencerem ou não às regiões NUTS 2 enumeradas¹⁵. As cidades de pequena e média dimensão em declínio são particularmente incentivadas a candidatar-se, uma vez que têm um grande potencial para aumentar a atratividade das regiões predominantemente rurais circundantes, que enfrentam um défice de desenvolvimento de talentos. Individualmente ou em grupo, em parceria com parceiros socioeconómicos (universidades, centros de investigação, instituições de formação profissional, empresas e *clusters* de pequenas empresas), essas cidades podem desempenhar uma série de funções para estimular a participação de pessoas em idade avançada na mão-de-obra local e atrair novos residentes, ligando melhor as zonas urbanas e rurais em termos de oferta de serviços e comodidades,

¹² Ver [nota informativa "Cidades em declínio"](#) do Centro Comum de Investigação da Comissão Europeia de 1/11/2022.

¹³ Todas as cidades com pelo menos 250 000 habitantes na UE e todos os centros regionais, entendidos como os maiores aglomerados populacionais num raio de 45 minutos de carro, têm um hospital, uma escola secundária e acesso a uma série de serviços (por exemplo, cinemas, bancos, comércio), enquanto muitas outras zonas urbanas não dispõem destes serviços. Apenas 50 % das cidades com 50 000 a 250 000 habitantes dispõem de uma universidade, enquanto 90 % dos centros regionais desta dimensão dispõem de uma (para mais informações, ver o [Oitavo relatório sobre a coesão económica, social e territorial](#)).

¹⁴ Esta justificação será tida em conta, em particular, como parte da avaliação estratégica da "inovação e relevância urbanas" das suas propostas (ver secção 3.2 do [Guia do candidato da EUI-IA](#) para mais pormenores sobre o processo de seleção).

¹⁵ Ver o [anexo](#) da Comunicação para a lista completa das regiões NUTS 2 em causa.

contribuindo, assim, para melhorar a qualidade de vida e o rejuvenescimento dos territórios circundantes.

Com estratégias adequadas e abordagens inovadoras combinadas, alguns dos problemas acima referidos podem também ser transformados em oportunidades. À medida que a população diminui, a oferta de habitação pode exceder a procura, levando a um aumento dos imóveis vagos e a uma diminuição do valor dos imóveis, o que pode ser atrativo para os investidores e/ou atrair jovens e famílias que procuram habitação a preços mais acessíveis e uma melhor qualidade ambiental em comparação com os centros urbanos. As zonas industriais abandonadas podem ser transformadas em habitação e/ou zonas verdes, os edifícios abandonados em espaços de *co-working*, funções polivalentes, jardins-de-infância, teatros, etc., reduzindo a expansão urbana e as distâncias de transporte. A disponibilidade de novos meios de comunicação, como a Internet de alta velocidade, combinada com um menor congestionamento, pode também atrair empresas em linha e/ou trabalhadores nómadas. Estas cidades poderiam também ser mais propensas a testar novas abordagens e novas experiências sociais, como o reagrupamento da população para densificar áreas específicas (em conformidade com o modelo de "cidade-compacta") ou o envolvimento dos cidadãos na tomada de decisões conexas e/ou na conceção partilhada e/ou coprodução partilhada dos serviços mais necessários para atrair ou reter talentos.

SUGESTÕES PARA AS AUTORIDADES URBANAS

Sem ser prescritivo em termos de resposta esperada, que pode variar significativamente de uma cidade para outra, tendo em conta a sua dimensão, características internas e desafios, os candidatos são convidados a considerar os temas e questões listados abaixo na preparação das suas propostas de projetos. Testar medidas ligadas a mais do que um destes temas e questões, de forma integrada, é também possível e altamente recomendado para o tema do presente convite.

Aumentar a procura de talentos jovens e qualificados nas cidades, nomeadamente:

- **Incentivar a diversificação económica das zonas urbanas visadas**, concentrando-se em setores emergentes com maior valor acrescentado, mas também com potencial, tendo em conta as características da economia local, possivelmente à luz de processos de descoberta empresarial e de abordagens de especialização inteligente;
- **Reforçar o espírito empresarial local dos jovens** através de regimes financeiros inovadores que apoiem a criação de empresas em fase de arranque ou de empresas derivadas por estudantes residentes e/ou trabalhadores recém-licenciados (e, em especial, por mulheres), a incubação de empresas, a orientação e os serviços empresariais conexos.

Aumentar a oferta de talentos jovens e qualificados e a atratividade das cidades, nomeadamente através de:

- **Fomentar novas alianças** entre autoridades urbanas, empresas, universidades, instituições de investigação e/ou centros de formação profissional, *nomeadamente* para:

- desenvolver currículos, bolsas de estudo, formações no local de trabalho e assistência financeira associada, como as garantias para a juventude, com vista a colmatar a inadequação das competências entre a procura das empresas e a mão-de-obra disponível, bem como a dominar as competências associadas às transições ecológica e digital;
 - incentivar as mulheres (igualdade de acesso) às qualificações e ao emprego;
 - promover e organizar a integração dos trabalhadores altamente qualificados da UE e de países terceiros.
- **Desenvolver serviços que favoreçam a participação da força de trabalho e a qualidade de vida dos habitantes**, nomeadamente através de projetos de base comunitária que aumentem o capital social e adaptem a oferta de serviços às necessidades locais (reformados, famílias), iniciativas que contribuam para rejuvenescer os espaços públicos, a vida associativa, cultural e/ou criativa da comunidade e/ou que promovam o equilíbrio entre os sexos e as solidariedades intergeracionais;
 - **Melhorar o acesso a habitação a preços acessíveis e/ou facilitar a instalação e/ou a reinstalação de jovens trabalhadores** e suas famílias e/ou de investigadores e/ou pós-graduados que possam ser indispensáveis para sustentar um ecossistema de inovação vivo;
 - **Renovar e/ou redimensionar o ambiente construído e o espaço urbano, bem como as infraestruturas públicas e os serviços associados** através de:
 - medidas para renovar e/ou reorientar habitações devolutas, edifícios históricos ou industriais, ou para reconverter zonas industriais abandonadas e sítios abandonados semelhantes em espaços verdes, contribuindo também para os objetivos do Pacto Ecológico Europeu no sentido da neutralidade carbónica;
 - novos modelos de governação e de financiamento, mutualização de meios no âmbito de dinâmicas de zonas funcionais, para melhor ligar as zonas urbanas e rurais e/ou gerir coletivamente infraestruturas e serviços melhor calibrados, com a massa crítica de população adequada e beneficiando de economias de escala, para as cidades e os seus territórios circundantes;
 - medidas para modernizar e melhorar a qualidade das administrações públicas e dos serviços básicos oferecidos à população, bem como para melhorar o envolvimento transparente e participativo dos cidadãos no processo de tomada de decisões.

OBJETIVOS DA POLÍTICA DE COESÃO

- Objetivo específico 1.1 para uma Europa mais competitiva e mais inteligente ao "desenvolver e reforçar as capacidades de investigação e inovação e a adoção de tecnologias";

- Objetivo específico 1.2 para uma Europa mais competitiva e mais inteligente ao "aproveitar as vantagens da digitalização para os cidadãos, as empresas, os organismos de investigação e as autoridades públicas";
- Objetivo específico 1.3 para uma Europa mais competitiva e mais inteligente ao "reforçar o crescimento sustentável e a competitividade das PME, bem como a criação de emprego nas PME, inclusive através de investimentos produtivos";
- Objetivo específico 1.4 para uma Europa mais competitiva e mais inteligente ao "*desenvolver competências para a especialização inteligente, a transição industrial e o empreendedorismo*";
- Objetivo específico 4.1 para uma Europa mais social e inclusiva ao "*reforçar a eficácia e inclusividade dos mercados de trabalho e o acesso a empregos de qualidade, através do desenvolvimento das infraestruturas sociais e da promoção da economia social*";
- Objetivo específico 4.2 para uma Europa mais social e inclusiva ao "*melhorar o acesso equitativo a serviços inclusivos e de qualidade na educação, na formação e na aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento de infraestruturas acessíveis, nomeadamente através da promoção da resiliência no que diz respeito à educação e formação à distância e em linha*";
- Objetivo específico 4.3 para uma Europa mais social e inclusiva ao "*promover a inclusão socioeconómica das comunidades marginalizadas, dos agregados familiares com baixos rendimentos e dos grupos desfavorecidos, incluindo as pessoas com necessidades especiais, através de ações integradas, incluindo habitação e serviços sociais*";
- Objetivo específico 4.4 para uma Europa mais social e inclusiva ao "*promover a integração socioeconómica dos nacionais de países terceiros, incluindo os migrantes, através de ações integradas, incluindo habitação e serviços sociais*";
- Objetivo específico 5.1 para uma Europa mais próxima dos cidadãos ao "*promover o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo, a cultura, o património natural, o turismo sustentável e a segurança nas zonas urbanas*".

INDICADORES DE RESULTADOS E REALIZAÇÕES

As propostas de projetos serão avaliadas, entre outros critérios, pela sua capacidade de obter resultados credíveis e pela solidez da sua metodologia para medir esses resultados.

Nas suas candidaturas, as autoridades urbanas podem referir-se a qualquer um dos indicadores abaixo indicados, sempre que tal seja relevante para as suas ideias de projeto. A lista não é prescritiva ou exaustiva. Inclui indicadores que não estão explicitamente relacionados com o tema do convite à apresentação de propostas sobre o aproveitamento de talentos em cidades em declínio, mas que podem ser úteis para expressar resultados tangíveis e que, por isso, merecem ser considerados. Esses indicadores devem ser complementados por indicadores relevantes para o projeto específico.

As autoridades urbanas são livres de definir os seus próprios indicadores específicos do projeto, tendo em conta os indicadores enumerados, a fim de refletir da forma mais clara e convincente as mudanças que o seu projeto tem potencial para realizar.

Indicadores de realizações

- Novos produtos e serviços criados (*unidade de medida*: novos produtos/serviços);
- Infraestruturas apoiadas (novas, renovadas, reconvertidas ou modernizadas) (*unidade de medida*: infraestruturas apoiadas);
- Novos equipamentos criados e/ou apoiados (*unidade de medida*: novos equipamentos);
- Pessoas apoiadas (formadas, requalificadas, acompanhadas ou assistidas) (*unidade de medida*: pessoas);
- Empresas apoiadas (das quais: micro, pequenas, médias e grandes) (*unidade de medida*: empresas);
- Novas empresas apoiadas (*unidade de medida*: novas empresas);
- Empresas que cooperam com organizações de investigação (*unidade de medida*: empresas que trabalham com organizações de investigação);
- Capacidade de habitação social nova ou modernizada (*unidade de medida*: pessoas);
- Partes interessadas envolvidas na preparação e na coimplementação do projeto (*unidade de medida*: participações das partes interessadas);
- Cidadãos envolvidos na preparação e na coimplementação do projeto; (*unidade de medida*: pessoas).

Indicadores de resultados

- Empregos criados em entidades apoiadas (*unidade de medida*: ETI anuais);
- Utilizadores de serviços, produtos e processos digitais novos e melhorados (*unidade de medida*: utilizadores/ano);
- Empresas novas que sobrevivem no mercado (*unidade de medida*: empresas);
- PME introdutoras de inovação em termos de produtos, processos, comercialização ou organização (*unidade de medida*: empresas);
- Pedidos de marcas e de desenhos ou modelos (*unidade de medida*: pedidos de marcas e de desenhos ou modelos);

- Aprendizagens apoiadas em PME (*unidade de medida*: pessoas);
- Pessoal das PME que completou a formação em competências para uma especialização inteligente, para a transição industrial e para o empreendedorismo (por tipo de competências: técnicas, de gestão, de empreendedorismo, ecológicas, outras) (*unidade de medida*: participantes);
- Utilizadores anuais de instalações novas ou modernizadas para o serviço de emprego (*unidade de medida*: utilizadores/ano);
- Utilizadores anuais de estruturas de acolhimento de crianças novas ou modernizadas (*unidade de medida*: utilizadores/ano);
- Utilizadores anuais de estabelecimentos de ensino novos ou modernizados (*unidade de medida*: utilizadores/ano);
- Utilizadores anuais de edifícios modernizados e/ou reconvertidos em habitação social (*unidade de medida*: utilizadores/ano);
- Utilizadores anuais de instalações de acolhimento temporário novas ou modernizadas (*unidade de medida*: utilizadores/ano);
- Utilizadores anuais de instalações de cuidados de saúde e/ou sociais novas ou modernizadas (*unidade de medida*: utilizadores/ano);
- Nível de participação alcançado no envolvimento com as comunidades locais (informação, consulta, cocriação, codecisão) (*unidade de medida*: percentagem da população local envolvida).

4. FASES DO PROJETO

O tempo de vida do projeto EUI-IA consiste em quatro fases (ver documento Orientação EUI-IA (EUI-IA Guidance) para mais detalhes):

- A Preparação do Projeto** (coberta por um montante único) inclui todas as atividades relacionadas com a elaboração da candidatura do projeto e termina com a aprovação do projeto para financiamento pelas autoridades da EUI.
- A Fase de Iniciação do Projeto** (coberta por um montante único) dura seis meses e começa após a aprovação oficial do projeto. Não está ligada à fase de implementação, é realizada antes do início oficial da implementação do projeto e dedicada exclusivamente à verificação da prontidão do projeto (incluindo a auditoria *ex-ante*), bem como para que as atividades de gestão

do projeto criem as condições para um início e implementação sem problemas das atividades do projeto.

- iii. A fase de **implementação do projeto** dura 3,5 anos; começa após a conclusão bem-sucedida da Fase de Iniciação do projeto e dura até à data final de implementação do projeto aprovado.

Note-se que existem certas diferenças relativamente à duração dos Pacotes de Trabalho do projeto implementados durante a fase de Implementação:

- **Pacotes de Trabalho "Horizontais": a Gestão, Monitorização e Avaliação, Comunicação e Capitalização do Projeto duram todo o período da fase de Implementação (3,5 anos).** Espera-se que durante os últimos seis meses da fase de Implementação (após a conclusão da direção da solução inovadora, ou seja, a implementação dos Pacotes de Trabalho Temáticos) os Pacotes de Trabalho "horizontais" sejam centrados em: resumo e avaliação das atividades do projeto; preparação das conclusões do projeto; maior comunicação, divulgação e capitalização dos resultados do projeto e das lições aprendidas; preparação do legado do projeto através de uma reflexão sobre as perspetivas de continuação e valorização das soluções testadas, uma vez terminado o financiamento EUI-IA, adaptando a solução inovadora testada nas cidades dos Parceiros de Transferência e a sua posterior replicação em toda a Europa; bem como nos relatórios finais.
 - **Os Pacotes de Trabalho Temáticos podem durar até um máximo de três anos e devem terminar seis meses antes da data final da fase de Implementação,** a fim de – tal como apresentado acima – permitir uma avaliação adequada da implementação do projeto e uma solução inovadora experimentada para a realização dos objetivos e resultados esperados, promover atividades de transferência e capitalizar ainda mais as realizações do projeto. A avaliação do desempenho do projeto e da solução inovadora testada é crucial para permitir a escalabilidade na área urbana do projeto e a replicabilidade noutras cidades em toda a Europa. Por conseguinte, um período de seis meses após a experimentação deve ser dedicado às atividades de avaliação.
 - **O Pacote de Trabalho de Transferência começa nos últimos 12 meses após a data de início do projeto e dura até ao fim da fase de Implementação.** O início deste Pacote de Trabalho deve ser decidido pela MUA e pelos Parceiros de Transferência depois de analisar o momento mais viável e benéfico para lançar a cooperação. Deve permitir que os Parceiros de Transferência se envolvam no momento mais oportuno já durante as fases iniciais de implementação de um projeto.
- iv. A fase de **Encerramento Administrativo** (coberta por um montante único) dura três meses e está relacionada com todas as atividades administrativas que têm lugar após a fase de Implementação, a fim de encerrar o projeto e obter a validação dos documentos narrativos e de relatório financeiro. Note-se que se espera que, durante esta fase, o(s) representante(s) do projeto EUI-IA ainda esteja(m) disponível/disponíveis para participar nas atividades de capitalização e divulgação de conhecimentos iniciadas pelo Secretariado Permanente.

5. PRINCÍPIOS DE FINANCIAMENTO

Princípio dos custos totais

A EUI-IA segue o princípio dos custos totais. Isto significa que **enquanto o projeto recebe cofinanciamento do FEDER até 80% dos custos elegíveis, cada Parceiro (Autoridades Urbanas Principais e Associadas, Parceiros de Entrega e Parceiros de Transferência) que recebe do FEDER precisa de assegurar pelo menos 20% de contribuição pública ou privada para completar o seu orçamento, quer a partir dos seus próprios recursos, quer de outras fontes** (mas não de outra fonte de financiamento da UE). A contribuição dos Parceiros pode ser sob a forma de dinheiro e/ou em espécie.

Pagamentos do FEDER

O esquema de pagamentos da EUI-IA baseia-se sobretudo nos princípios de pagamentos antecipados do FEDER e, em última análise, de reembolso de custos que foram efetivamente incorridos:

- **Um primeiro pagamento do FEDER (adiantamento)** correspondente a 50% da subvenção do FEDER é efetuado à Autoridade Urbana Principal no prazo de 90 dias após a conclusão bem-sucedida da Fase de Iniciação. Este primeiro pagamento antecipado cobre também os dois montantes únicos para o Pacote de Trabalho de Preparação do Projeto e Fase de Iniciação. Este montante global único de 100 000 euros de custos totais elegíveis (correspondente a 80 000 euros do FEDER) consiste no montante único de 25 000 euros (correspondente a 20 000 euros do FEDER) para a preparação do projeto e no montante único de 75 000 euros (correspondente a 60 000 euros do FEDER) para a Fase de Iniciação.
- **Um segundo pagamento do FEDER (adiantamento)** correspondente a 30% da subvenção do FEDER é efetuado à Autoridade Urbana Principal após a apresentação e aprovação de um Pedido de Crédito Financeiro 1 que inclui despesas de projeto validadas pelo Controlo de Primeiro Nível. Antes da validação pelo Controlo de Primeiro Nível, as despesas declaradas devem atingir pelo menos 35% do orçamento total do projeto. No caso de as despesas do projeto validadas pelo Controlo de Primeiro Nível serem inferiores a 35% dos custos totais elegíveis, o segundo pagamento antecipado do FEDER é pago numa base proporcional.
- **Um terceiro pagamento do FEDER** correspondente a um máximo de 20% da subvenção do FEDER é efetuado à Autoridade Urbana Principal após a aprovação do 4.º Relatório Anual de Progresso (final), a aprovação do Relatório Qualitativo Final e a validação das despesas do projeto no Pedido Financeiro 2 pelo Controlo de Primeiro Nível. O Relatório Anual de Progresso final deve ser apresentado, o mais tardar, um mês após a fase de Implementação e o Pedido Financeiro 2 (final) deve ser apresentado juntamente com o Relatório Qualitativo Final no final da fase de Encerramento Administrativo. No caso de as despesas do projeto validadas pelo Controlo de Primeiro Nível serem inferiores a 100% dos custos totais elegíveis do projeto, o terceiro pagamento do FEDER é pago numa base proporcional. Importa salientar que o terceiro

pagamento já não se baseia no princípio do pagamento adiantado, mas no princípio do reembolso dos custos incorridos e pagos. Por conseguinte, os Parceiros de Projeto necessitam de pré-financiar as suas despesas durante a última fase de implementação do projeto (não cobertas pelos 80% de adiantamento recebidos). O terceiro pagamento cobre também o montante único de 20 000 euros de custo total elegível (correspondente a 16 000 euros do FEDER), que cobre a fase de Encerramento Administrativo do projeto.

6. GERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS

6.1 PARCERIA

Tal como apresentado na secção 2 "Autoridades elegíveis – quem se pode candidatar", apenas as autoridades urbanas elegíveis podem apresentar um Formulário de Candidatura no âmbito de um Convite à Apresentação de Propostas EUI-IA. No quadro da EUI-IA, espera-se que a Autoridade Urbana Principal esteja diretamente envolvida na experimentação e desempenhe um papel estratégico de liderança no desenvolvimento do projeto EUI-IA, estabelecendo e presidindo uma forte Parceria de Projeto para o tornar técnica, científica e financeiramente viável.

A Parceria de Projeto envolve:

- **Parceiros de Entrega** – instituições e organizações-chave capazes de contribuir para a implementação do projeto, tendo um papel ativo na implementação e no financiamento das atividades do projeto através da contribuição financeira para o projeto (a parte do orçamento assegurada por um Parceiro de Projeto, ou seja, a taxa de cofinanciamento);
- **Parceiros de Transferência** – cidades interessadas em aprender com a experimentação e replicar as soluções inovadoras, na sequência da implementação do projeto e fornecendo à Autoridade Urbana Principal uma perspetiva externa relacionada com a transferibilidade e replicabilidade da solução inovadora experimentada;
- (se aplicável) **Autoridade(s) Urbana(s) Associada(s)**.

Todos os Parceiros de Projeto (Autoridades Urbanas Principais ou Associadas, Parceiros de Entrega e Parceiros de Transferência) que beneficiam da atribuição do FEDER devem assegurar a sua própria contribuição.

Todos os Parceiros devem estar localizados na União Europeia (é possível envolver Parceiros de Entrega de diferentes países, desde que estejam localizados em Estados-Membros da UE e que haja uma

justificação clara em termos de valor acrescentado para o projeto). Espera-se também que todos os Parceiros envolvidos formalizem a sua cooperação através da assinatura de um Acordo de Parceria.

Autoridade Urbana Principal

Os projetos devem demonstrar uma clara apropriação da autoridade urbana que está ativamente envolvida na implementação de atividades e na parceria local. A EUI-IA funciona com base numa Autoridade Urbana Principal responsável pela implementação e gestão globais do projeto na sua totalidade. A Autoridade Urbana Principal assume toda a responsabilidade financeira e jurídica em relação à Entidade de Confiança. Os outros Parceiros de Projeto mantêm a sua própria responsabilidade perante a Autoridade Urbana Principal. As responsabilidades da Parceria representada pela Autoridade Urbana Principal são descritas num Contrato de Subvenção entre a Autoridade Urbana Principal e a Entidade de Confiança e no Contrato de Parceria a ser assinado por todos os Parceiros envolvidos após a aprovação do projeto (e Parceiros de Transferência após a sua seleção). A Autoridade Urbana Principal deve assegurar o envolvimento de todos os Parceiros de Projeto na conceção e implementação do projeto.

Autoridades Urbanas Associadas

Qualquer associação existente de autoridades urbanas (associações nacionais/regionais de autoridades urbanas, pactos territoriais ou associações, distritos de desenvolvimento, etc.) com ou sem estatuto jurídico de aglomeração organizada, bem como autoridades urbanas individuais sem um acordo de cooperação formalizado, mas dispostas a candidatar-se conjuntamente no quadro da EUI-IA, devem indicar no Formulário de Candidatura uma Unidade Administrativa Local como Autoridade Urbana Principal e as outras Unidades Administrativas Locais como Autoridades Urbanas Associadas. As Autoridades Urbanas Associadas são responsáveis pela entrega de atividades específicas e produção de produtos/resultados conexos. As Autoridades Urbanas Associadas têm uma parte do orçamento do projeto e reportam os custos incorridos para a realização das atividades. Devem ser fornecidas informações detalhadas sobre as Autoridades Urbanas Associadas (incluindo estatuto jurídico, experiência e competências, pessoas de contacto, etc.) no Formulário de Candidatura.

Recomenda-se que as associações e/ou os agrupamentos de autoridades urbanas (sem estatuto de aglomerações organizadas) que desejem candidatar-se sejam territorialmente contíguos e procurem limitar o número de Autoridades Urbanas Associadas envolvidas.

As Autoridades Urbanas Associadas formalizam a relação contratual com a Autoridade Urbana Principal através da assinatura do Acordo de Parceria, como outros Parceiros de Projeto, após a aprovação do projeto.

É possível, e por vezes muito desejável, propor novas formas de cooperação, de mutualização de meios para alcançar a massa crítica desejada para um objetivo comum e, assim, apresentar uma Candidatura a um Convite à Apresentação de Propostas EUI-IA enquanto grupo de autoridades urbanas para promover dinâmicas funcionais das áreas urbanas.

Parceiros de Entrega

O desenvolvimento de fortes parcerias entre organismos públicos, o setor privado e a sociedade civil (incluindo cidadãos e habitantes) é amplamente reconhecido como uma pedra angular do desenvolvimento urbano sustentável. Dependendo da questão a abordar e com base no contexto local e experiências anteriores, as Autoridades Urbanas Principais devem envolver uma mistura diferente de Parceiros relevantes (instituições, agências – mesmo que totalmente detidas por municípios, institutos de ensino superior, parceiros do setor privado, investidores, instituições de investigação, ONGs, etc.), que são necessários para apresentar a solução inovadora proposta, para alcançar os objetivos do projeto e assegurar efeitos a mais longo prazo no que diz respeito à sustentabilidade e à expansão. Os Parceiros de Entrega devem ter experiência e conhecimentos relevantes para complementar essa experiência dentro da Autoridade Urbana Principal e para acrescentar valor a todo o projeto. Se os projetos tiverem de enfrentar os desafios considerados como os mais prementes pelas partes interessadas e pelos grupos-alvo, se quiserem ser verdadeiramente ousados, inovadores e empenhados em aplicar soluções testadas a uma escala mais ampla uma vez concluído o projeto, então, devem procurar beneficiar do conhecimento e perícia existentes fora das autoridades urbanas no ecossistema local, bem como do apoio de investidores públicos e/ou privados interessados em ser associados.

A Parceria deve ser equilibrada e complementar em termos de competências políticas e temáticas. As parcerias devem tentar promover a integração horizontal (incluindo os intervenientes que lidam com as diferentes dimensões do desafio urbano a abordar) e vertical (incluindo os diferentes níveis de governação). Não existe uma solução "única". Os candidatos devem estar conscientes de que as Parcerias com mais de dez parceiros podem exigir esforços e recursos adicionais para assegurar uma gestão eficaz.

Qualquer organização com personalidade jurídica pode ter o papel de um Parceiro de Entrega num projeto EUI-IA. Os Parceiros de Entrega têm um papel ativo na conceção e implementação do projeto e são responsáveis pela entrega de atividades específicas e pela produção dos produtos/resultados relacionados. Os Parceiros de Entrega têm uma parte do orçamento do projeto e reportam os custos incorridos para a entrega das atividades. Os Parceiros de Entrega devem ser selecionados de acordo com os princípios de transparência e igualdade de tratamento. As empresas de consultoria que tenham como objetivo principal o desenvolvimento e a gestão de projetos e organizações europeias sem pessoal orçamentado (declarando apenas os custos de competências externas) não têm direito a participar num projeto como Parceiros de Entrega. Devem ser fornecidas informações detalhadas sobre os Parceiros de Entrega (incluindo estatuto jurídico, experiência, competências, pessoas de contacto, etc.) no Formulário de Candidatura. Em princípio, um Parceiro de Entrega pode ser envolvido em várias propostas de projeto no âmbito do mesmo Convite à Apresentação de Propostas, desde que a contribuição e o valor acrescentado nos diferentes projetos sejam claramente justificados.

Note-se que as autoridades urbanas não podem ser consideradas e indicadas como Parceiro de Entrega, mas apenas como Autoridade Urbana Principal ou Autoridade Urbana Associada, desde que cumpram os critérios de elegibilidade acima enumerados.

Parceiros de Transferência

Os Parceiros de Transferência são autoridades urbanas que se juntam à Parceria do Projeto para acompanhar e aprender com a experimentação.. Espera-se que cada projeto EUI-IA tenha três Parceiros de Transferência provenientes de outros Estados-Membros que não o da Autoridade Urbana Principal.

Qualquer autoridade urbana de uma unidade administrativa local definida de acordo com o grau de urbanização (DEGURBA) do Eurostat como cidade, vila ou subúrbio (correspondente ao código DEGURBA 1 ou código DEGURBA 2 do Eurostat) e localizada na União Europeia pode tornar-se um Parceiro de Transferência. Não é exigido um número mínimo de habitantes (cidades de todas as dimensões podem tornar-se Parceiros de Transferência).

A lógica subjacente ao Convite a Parceiros de Transferência para a Parceria de Projeto é promover a adaptabilidade da solução testada a outros contextos urbanos da UE e depois aumentar as suas hipóteses de ser replicada no estrangeiro e implementada a uma escala mais ampla a longo prazo, possivelmente com financiamento dos principais programas da política de coesão e do FEDER em particular. Além disso, pode também contribuir para apoiar a troca de conhecimentos entre as cidades da UE e criar relações a longo prazo entre elas. O envolvimento na experimentação permitirá aos Parceiros de Transferência reforçar o seu próprio potencial de inovação e aumentar a sua capacidade para implementar soluções inovadoras (tanto em termos de conteúdo como de processo) e preparar o processo de adaptação e replicação, no todo ou em parte, de soluções inovadoras testadas nas suas próprias cidades, participando nas atividades de transferência e beneficiando de uma solução que verão concretizar-se e trazer resultados, mas também ultrapassando problemas e obstáculos rumo à inovação.

Os Parceiros de Transferência devem ser identificados e selecionados e espera-se que se comprometam com a Parceria do Projeto, o mais tardar, durante a Fase de Iniciação. A cooperação de transferência, implementada através do Pacote de Trabalho de Transferência, deve começar o mais tardar 12 meses a partir do início da implementação do projeto. Os Parceiros de Transferência terão um orçamento fixo atribuído aos mesmos.

Envolvimento de grupos-alvo e de partes interessadas mais vastas

Ao desenvolver o projeto EUI-IA e durante todas as fases do projeto, é necessário identificar e envolver **o grupo mais vasto de partes interessadas, dependendo da natureza do projeto: comunidades locais, parceiros sociais, empresas, ONGs, peritos, instituições, organizações, indivíduos, etc., bem como os grupos-alvo do projeto (ou seja, dependendo dos projetos: cidadãos, estagiários, candidatos a emprego, grupos vulneráveis e/ou comunidades marginalizadas, utilizadores de um determinado serviço ou administração) , que podem influenciar ou ser influenciadas pelo projeto.** A identificação das partes interessadas, a compreensão da sua influência no projeto EUI-IA e o equilíbrio entre as suas necessidades e expectativas são fundamentais para o sucesso do projeto. Por conseguinte, as autoridades urbanas devem reunir todas as partes interessadas relevantes à volta da mesa para melhor enquadrar os problemas e as necessidades, acordar uma visão partilhada ou mudança desejada que o projeto EUI-IA deve contribuir para alcançar e conceber soluções e ações concretas que abordarão os problemas e conduzirão à mudança pretendida. O grupo mais vasto de partes interessadas beneficia

direta e/ou indiretamente, mas não tem um papel direto na implementação do projeto EUI-IA e não deve ser considerado parceiro do projeto EUI-IA. Por conseguinte, não têm um orçamento específico atribuído, nem responsabilidades explícitas na implementação do projeto, mas são consideradas relevantes e devem ser ativamente envolvidas (cocriação) para assegurar a realização harmoniosa e eficaz do projeto.

6.2 LÓGICA DE INTERVENÇÃO DO PROJETO E PLANO DE TRABALHO

A **Lógica de Intervenção** do projeto EUI-IA é uma representação de uma compreensão clara e bem pensada de como se espera que as ações planeadas conduzam à mudança desejada e aos resultados pretendidos. É uma forma de descrever a sequência lógica entre necessidades iniciais, contributos, atividades do projeto, realizações, resultados e impacto final. É uma ferramenta para estruturar intervenções complexas e preparar a avaliação de um projeto. A Lógica de Intervenção descreve: Qual é a fundamentação da intervenção/projeto? Quais são os desafios/necessidades que desencadearam a intervenção? Quais são os problemas que a intervenção pretende resolver? Qual é a “mudança desejada”? Como é que estas mudanças vão ser alcançadas?

A Lógica de Intervenção é formada por componentes estratégicas, operacionais, de monitorização e avaliação:

- As componentes estratégicas incluem: objetivo global, objetivos específicos e resultados esperados.
- As componentes operacionais incluem: Plano de Trabalho do projeto, Pacotes de Trabalho, atividades, produtos e realizações.

O **Plano de Trabalho do Projeto** explica o “como” do seu projeto. É um roteiro que representa o guia para a implementação do seu projeto, caso seja financiado. O Plano de Trabalho é uma divisão do projeto em etapas maiores chamadas Pacotes de Trabalho, e os Pacotes de Trabalho são divididos em etapas menores chamadas atividades. As atividades conduzem a produtos e cada Pacote de Trabalho conduz a um ou vários resultados.

Os **Pacotes de Trabalho** são blocos de construção do Plano de Trabalho, representam os principais pilares do projeto e são compostos por atividades de projeto relacionadas necessárias para fornecer componentes específicos do projeto e produzir realizações. Para estruturar o projeto EUI-IA, deve ser utilizado o seguinte conjunto de Pacotes de Trabalho:

- Preparação do Pacote de Trabalho e Fase de Iniciação
- Gestão de Projetos do Pacote de Trabalho
- Monitorização e Avaliação do Pacote de Trabalho

- Comunicação e Capitalização do Pacote de Trabalho
- Pacotes de Trabalho Temáticos
- Transferência do Pacote de Trabalho
- Encerramento do Pacote de Trabalho
- As componentes de monitorização e avaliação incluem: indicadores de realizações e indicadores de resultados.

6.3 APOIO DE PERITOS

Cada projeto financiado no quadro da EUI-IA beneficiará do apoio de um perito da EUI. Mais especificamente, os Peritos da EUI contribuirão para os projetos com:

- Aconselhamento e orientação a um nível estratégico e operacional sobre o projeto e a sua implementação.
- Assistência no desenvolvimento de documentação e realizações do projeto que captem e divulguem resultados e perspetivas pós-implementação (sustentabilidade, escalabilidade e potencial de transferência), lições aprendidas e boas práticas a um público mais vasto, com vista a facilitar a implementação das inovações de maior sucesso noutras cidades da UE.
- Participação e contribuição para atividades de capitalização e divulgação.
- Assistência na implementação do Pacote de Trabalho de Transferência.

O apoio e o aconselhamento serão prestados pelos Peritos da EUI de forma contínua ao longo do processo de implementação dos projetos, bem como durante a fase de encerramento.

Os Peritos da EUI são indivíduos com conhecimento profundo dos temas urbanos relevantes para cada Convite à Apresentação de Propostas; experiência no trabalho com autoridades urbanas em projetos que envolvem investimentos públicos e a sua realização física; boa compreensão do quadro da política de coesão e experiência comprovada no apoio à experimentação e inovação urbanas.

O EUI-IA cobre diretamente todos os custos relacionados com as atividades dos Peritos da EUI (incluindo os custos de viagem e alojamento). Por conseguinte, os candidatos não devem prever qualquer orçamento para esse fim no seu Formulário de Candidatura.

6.4 TRANSFERÊNCIA

Uma novidade fundamental em comparação com os projetos de Ações Urbanas Inovadoras financiados durante o período de programação 2014-2020 é a incorporação da componente de transferência transnacional como parte integrante dos projetos EUI-IA.

É importante sublinhar que o foco principal dos projetos EUI-IA continua a ser o ensaio de novas soluções inovadoras numa determinada localidade, mas com esta nova componente, espera-se que os processos e os resultados da experimentação sejam seguidos por cidades parceiras de outros países (Parceiros de Transferência). Agora, é incluído um Pacote de Trabalho de Transferência dedicado em todos os projetos EUI-IA, com atividades, orçamentos, realizações e resultados específicos.

A EUI-IA foi criada para identificar e apoiar o ensaio de soluções inovadoras transferíveis e escaláveis para abordar questões relacionadas com o desenvolvimento urbano sustentável ao nível da União Europeia. Visa também a recolha e partilha de resultados de experiências (também através do apoio a atividades de transferência) para promover capacidades de inovação e de construção de conhecimento para todas as áreas urbanas da UE. O objetivo é que os resultados do projeto EUI-IA sejam utilizados (replicados, ampliados) por outras cidades da UE, aumentando o impacto de toda a Iniciativa, contribuindo para a elaboração de políticas urbanas a diferentes níveis e apoiando a cooperação entre as áreas urbanas europeias.

A incorporação da componente de transferência deve centrar-se no seguinte:

- permitir aos Parceiros de Transferência seguir o planeamento e a direção da solução inovadora testada,
- permitir aos Parceiros de Transferência analisar os seus contextos urbanos locais a fim de compreender melhor como a solução inovadora pode ser adaptada para responder às necessidades e condições locais,
- permitir o intercâmbio de conhecimentos e experiências entre todos os Parceiros de Projeto,
- partilhar contributos importantes que podem trazer uma perspetiva externa ao projeto EUI-IA, bem como inspirar os Parceiros de Transferência,
- preparação por parte dos Parceiros de Transferência de documentação que lhes possa ser útil para a replicação futura da solução inovadora (Estudo de Viabilidade e Oportunidade de Replicação e documentação de investimento),
- preparação por parte da Autoridade Urbana Principal e dos respetivos Parceiros de Projeto do legado do projeto EUI-IA sob a forma de um Modelo de Solução Inovadora EUI a ser utilizado por outras cidades da UE interessadas na solução inovadora.

As atividades acima referidas podem ser realizadas através da utilização da seguinte **paleta de métodos de trabalho**: visitas ao local, *workshops*/reuniões/discussões *online* ou *offline*, atividades de revisão pelos pares, trabalho próprio dos Parceiros de Transferência, permitindo-lhes capitalizar ainda mais os ensinamentos provenientes do intercâmbio de transferência, mas também prepararem-se para a futura replicação da solução inovadora, e outras formas desejadas de trabalho e cooperação.

Espera-se que os Parceiros de Transferência preparem os seguintes resultados e realizações de aprendizagem e investimento: **Estudo da Capacidade de Transferência, Estudo de Viabilidade e Oportunidade da Replicação** (um por cada Parceiro de Transferência). Estão também autorizados a financiar **documentação de investimento e a implementação de um investimento-piloto em pequena escala**.

Espera-se que a Autoridade Urbana Principal prepare um **Modelo de Solução Inovadora EUI** – um documento final centrado na transferibilidade e escalabilidade da solução inovadora testada, de forma a permitir que outros (não só os Parceiros de Transferência, mas também todas as cidades da UE interessadas) aprendam com os resultados da experimentação e recebam alguma orientação sobre como abordar a replicação.

O orçamento total da Transferência do Pacote de Trabalho deve ser decidido pelo candidato à EUI-IA e deve incluir:

- um orçamento atribuído à Autoridade Urbana Principal e aos Parceiros de Entrega relevantes no apoio da implementação do Pacote de Trabalho de Transferência;
- orçamentos para cada Parceiro de Transferência sob a forma de um montante único (opção de custo simplificado) no total de 150 000 euros (correspondente a 120 000 euros do FEDER e contribuição própria de 30 000 euros).

A Autoridade Urbana Principal é responsável pela identificação e seleção dos Parceiros de Transferência que pretende integrar na Parceria. O processo de identificação dos Parceiros de Transferência deve começar já na fase de candidatura, quando os candidatos são solicitados a identificar outras áreas urbanas europeias que possam beneficiar da replicação da solução proposta face às condições favoráveis à transferência (características semelhantes, contextos) ou de aumentar o seu potencial de inovação; para descrever os Parceiros de Transferência mais adequados serão identificados e especificados potenciais Parceiros de Transferência, se já identificados, juntamente com as motivações/fundamentos subjacentes. Uma vez que um dos objetivos da EUI-IA é que os resultados do projeto sejam utilizados por outras cidades, aumentando o impacto de toda a Iniciativa, e que a ambição da EUI-IA é aumentar a replicabilidade das soluções inovadoras desenvolvidas pelos projetos, é importante que os projetos na fase de candidatura possam demonstrar um processo, uma fundamentação e uma motivação bem explicados de como foi efetuada a seleção dos Parceiros de Transferência mais adequados.

Os Parceiros de Transferência devem ser identificados, o mais tardar, durante a Fase de Iniciação e a conclusão bem-sucedida da Fase de Iniciação é condicionada pela assinatura, no mínimo, de cartas de intenção por parte dos Parceiros de Transferência.

A seleção dos Parceiros de Transferência deve permitir: (i) manter um bom equilíbrio em termos de variedade de cidades envolvidas na Parceria [a sua dimensão (pequenas, médias, grandes cidades) e localização (regiões menos desenvolvidas, em transição e mais desenvolvidas)], e (ii) reunir os Parceiros de Transferência mais relevantes para a qualidade das atividades de replicação. Por conseguinte, **a seleção dos Parceiros de Transferência seguirá alguns princípios orientadores:**

- Os Parceiros de Transferência têm de ser provenientes de diferentes Estados-Membros da UE;
- Pelo menos duas das quatro cidades envolvidas (a Autoridade Urbana Principal + os três Parceiros de Transferência) têm de estar localizadas em regiões menos desenvolvidas ou em transição¹⁶;
- A parceria tem de incluir cidades de diferentes dimensões.

6.5 CATEGORIAS DE CUSTOS

As seguintes categorias de custos podem ser utilizadas pelos projetos EUI-IA:

- Pessoal
- Escritório e administração
- Viagens e alojamento
- Competências e serviços externos
- Equipamento
- Infraestruturas e obras de construção

Para cada categoria de custos, é fornecida uma definição, bem como orientações para a elaboração de orçamentos e relatórios no documento Orientação EUI-IA (EUI-IA Guidance). Recomenda-se vivamente aos Parceiros de Projeto que procurem aconselhamento junto do Secretariado Permanente se houver alguma questão relacionada com a elegibilidade das despesas que não seja respondida pelas presentes regras. Tenha em atenção que as despesas dos Parceiros de Transferência são cobertas por um montante único.

As despesas, declaradas pelo projeto, devem ser auditadas por um Controlo de Primeiro Nível. O parecer independente do Controlo de Primeiro Nível deve abranger a legalidade e a regularidade das despesas declaradas, a entrega dos produtos e serviços, a solidez das despesas declaradas e a conformidade das despesas e operações com as regras da EUI-IA, da UE e nacionais. Dado que o

¹⁶ <https://ec.europa.eu/eurostat/web/regions/background>

Controlo de Primeiro Nível é diretamente nomeado e pago pela EUI-IA, nenhum custo de controlo (auditoria) deve ser previsto pela Parceria do Projeto aquando da elaboração do orçamento do projeto. Os controlos no local dos projetos serão também organizados pelo Controlo de Primeiro Nível. O controlo no local significa que o **Controlo de Primeiro Nível visitará efetivamente o projeto e verificará se certas atividades, compras de serviços e produtos e investimentos foram realmente realizados de acordo com o Formulário de Candidatura aprovado durante a implementação e se os regulamentos relacionados foram respeitados.**

Tal como mencionado nos princípios de financiamento, os projetos EUI-IA seguem o princípio dos "custos totais": um projeto é cofinanciado pelo FEDER até 80% dos custos totais elegíveis e cada Parceiro de Projeto (Autoridade Urbana Principal ou Associada, Parceiro de Entrega e Parceiro de Transferência) que recebe o FEDER deve assegurar uma contribuição financeira para completar o seu orçamento até ao objetivo da contribuição (pelo menos 20% dos custos elegíveis do Parceiro).

Quando essas contribuições provêm de fontes privadas, não se inserem no contexto da lei dos auxílios estatais. Quando as contribuições provêm de fontes públicas na medida em que as atividades do projeto não sejam de natureza económica, o financiamento dessas atividades não constituirá auxílio estatal. Contudo, quando existem contribuições de recursos públicos de um Estado-Membro para projetos que envolvem "atividades económicas", ou seja, oferta de bens e serviços no mercado, então esses projetos devem ser concebidos de forma a que quaisquer contribuições públicas respeitem as regras dos auxílios estatais a todos os níveis, isto é, a nível do proprietário, construtor e/ou operador do projeto ou instalação. Nesses casos, o financiamento público concedido deve estar em conformidade com os requisitos do Regulamento *De Minimis*, ou com as condições estabelecidas no Regulamento Geral de Isenção por Categoria (RGIC) ou na Decisão para Serviços de Interesse Económico Geral (SIEG).

São fornecidas informações detalhadas sobre contratos públicos e auxílios estatais no documento Orientação EUI-IA (EUI-IA Guidance).

7. PROCESSO DE CANDIDATURA

O **pacote de candidatura** para o segundo Convite à Apresentação de Propostas EUI-IA consiste no seguinte:

- Os presentes **Termos de Referência** disponíveis em todas as línguas da UE. No entanto, em caso de discrepâncias, prevalece a versão inglesa.
- **Orientação EUI-IA (EUI-IA Guidance – disponível apenas em inglês)** que deve ser amplamente consultada no que diz respeito às regras abrangentes da Iniciativa.
- **Orientação técnica para a Plataforma de Intercâmbio Eletrónico (EEP).**

- **Instruções** detalhadas sobre como preencher o **Formulário de Candidatura** disponível *online* em todas as línguas da UE no sistema EEP. No entanto, em caso de discrepâncias, prevalece a versão inglesa.
- **Documento de Trabalho de Cortesia do Formulário de Candidatura** (Application Form Courtesy Working Document – uma versão funcional do Formulário de Candidatura e da Ficha de Confirmação – um documento Word disponível apenas em inglês) como ferramenta de ajuda no processo de redação da candidatura.

Toda a documentação está disponível no *website* EUI.

O processo de candidatura é 100% digital através do sistema EEP (<https://eep.urban-initiative.eu/>). **A candidatura consiste em:**

- **Formulário de Candidatura:** o Formulário de Candidatura deve ser preenchido utilizando a plataforma EEP *online*. É composto por secções que apresentam a ideia do projeto e a fundamentação (incluindo informação sobre a inovação da proposta), a Parceria (incluindo a Autoridade Urbana Principal, os Parceiros de Entrega, os Parceiros de Transferência e, se relevante, as Autoridades Urbanas Associadas), os principais objetivos e resultados esperados, o Plano de Trabalho proposto e o orçamento. A edição e o envio só são possíveis durante um Convite à Apresentação de Propostas aberto. A candidatura inclui uma série de hiperligações, fórmulas e verificações automáticas. Estas características significam que são apresentadas mensagens de erro no formulário se este não for devidamente preenchido (incluindo a Ficha de Confirmação em falta), e não é possível enviá-lo. Isto ajuda a reduzir significativamente o risco de envio de candidaturas inelegíveis.
- **Anexo:** os candidatos podem carregar um anexo no sistema EEP que será anexado ao Formulário de Candidatura. Pode ser um mapa que apresente a área de intervenção, gráfico, infográfico, etc. O tipo e o tamanho do ficheiro a anexar são especificados na Orientação do EEP.
- **Ficha de Confirmação:** a Ficha de Confirmação é gerada automaticamente pela plataforma *online* quando o Formulário de Candidatura está a ser preenchido ou após o seu preenchimento. Deve ser impressa, assinada por um representante legal da Autoridade Urbana Principal, digitalizada e carregada na Parte H “Ficha de Confirmação” do Formulário de Candidatura. O Formulário de Candidatura não pode ser enviado sem a Ficha de Confirmação.

Recomenda-se vivamente que os candidatos preencham o Formulário de Candidatura em inglês claro, embora também possa ser apresentado em qualquer uma das línguas oficiais da UE. É de notar que as Avaliações Estratégicas e Operacionais serão feitas com base na versão inglesa do Formulário de Candidatura (traduzido para inglês por um fornecedor externo contratado pelo Secretariado Permanente, caso o Formulário de Candidatura seja apresentado noutra língua). A qualidade da tradução não será garantida pelo Secretariado Permanente e, portanto, é por conta e risco dos candidatos. Além disso, o Contrato de Subvenção, a gestão do projeto, os relatórios formais, os resultados principais e toda a comunicação com a Entidade de Confiança e o Secretariado Permanente terão de ser em inglês.

O prazo final para a apresentação do Formulário de Candidatura e da Ficha de Confirmação é
05/10/2023, 14h00 CEST

8. PROCESSO DE SELEÇÃO

Após o envio, cada candidatura é sujeita a um processo de seleção organizado ao longo das seguintes etapas:

1. Verificação da elegibilidade
2. Avaliação Estratégica
3. Avaliação Operacional

8.1 VERIFICAÇÃO DA ELEGIBILIDADE

Após o encerramento do Convite à Apresentação de Propostas EUI-IA, o Secretariado Permanente efetua uma verificação da elegibilidade de todas as candidaturas de projetos apresentadas antes do prazo final do Convite à Apresentação de Propostas. O objetivo da verificação da elegibilidade é verificar a conformidade dos Formulários de Candidatura recebidos e dos respetivos anexos com os critérios formais de elegibilidade; evitar uma avaliação mais aprofundada das candidaturas inelegíveis; e assegurar a igualdade de tratamento de todas as propostas a serem selecionadas para financiamento.

Os critérios de elegibilidade da EUI-IA são os seguintes:

1. O Formulário de Candidatura foi enviado eletronicamente através da EEP antes do prazo indicado nos Termos de Referência do Convite à Apresentação de Propostas.
2. O Formulário de Candidatura está totalmente preenchido.
3. O candidato é uma única autoridade urbana de uma Unidade Administrativa Local definida de acordo com o grau de urbanização como cidade, vila ou subúrbio (correspondente ao código DEGURBA 1 ou código DEGURBA 2 do Eurostat) e com pelo menos 50 000 habitantes.

OU

O candidato é uma associação ou agrupamento de autoridades urbanas com estatuto jurídico de aglomeração organizada composta por Unidades Administrativas Locais, onde a maioria (pelo menos 51%) dos habitantes vive em Unidades Administrativas Locais definidas de acordo com o grau de urbanização (DEGURBA) do Eurostat como cidades, vilas ou subúrbios (correspondente ao código DEGURBA 1 ou código DEGURBA 2) e onde a população total combinada é de pelo menos 50 000 habitantes.

OU

O candidato é uma associação ou agrupamento de autoridades urbanas sem estatuto jurídico de aglomerações organizadas em que todas as autoridades urbanas envolvidas (Autoridade Urbana Principal e Autoridades Urbanas Associadas) são Unidades Administrativas Locais definidas de acordo com o grau de urbanização (DEGURBA) do Eurostat como cidades, vilas ou subúrbios (correspondente ao código DEGURBA 1 ou código DEGURBA 2) e onde a população total combinada (Autoridade Urbana Principal e Autoridades Urbanas Associadas) é de pelo menos 50 000 habitantes.

4. O período de elegibilidade é respeitado: a data de fim do projeto respeita o Convite e os requisitos da Iniciativa.
5. Os requisitos orçamentais máximos (máximo de 5 milhões de euros do FEDER) e o princípio do cofinanciamento (mínimo de 20% da contribuição garantida pela Parceria) são respeitados.
6. Todos os Parceiros envolvidos (Autoridade Urbana Principal, Autoridades Urbanas Associadas e Parceiros de Entrega) são de Estados-Membros da UE.
7. No caso de uma associação ou agrupamento de autoridades urbanas sem estatuto jurídico de aglomeração organizada, uma Autoridade Urbana Principal e as Autoridades Urbanas Associadas são apresentadas no Formulário de Candidatura.
8. As autoridades urbanas candidatas (Autoridades Urbanas Principais e/ou Autoridades Urbanas Associadas) estão envolvidas em apenas uma proposta de projeto no âmbito do mesmo Convite à Apresentação de Propostas.
9. As autoridades urbanas candidatas (Autoridades Urbanas Principais e/ou Autoridades Urbanas Associadas) não foram selecionadas nem financiadas sobre o mesmo tema no âmbito de um anterior Convite à Apresentação de Propostas EUI-IA.
10. Uma Ficha de Confirmação não modificada devidamente assinada pelo representante legal da Autoridade Urbana Principal foi carregada na EEP, na secção da Ficha de Confirmação do Formulário de Candidatura.

Se não forem cumpridos todos os requisitos acima estabelecidos, a candidatura é considerada inelegível e não é efetuada qualquer outra avaliação. Os candidatos serão notificados no final da verificação de elegibilidade da decisão relativa à sua candidatura (a avançar ou não).

8.2 AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA

As candidaturas declaradas elegíveis e admissíveis serão sujeitas a uma Avaliação Estratégica realizada por um Painel de Peritos Externos. A Avaliação Estratégica representa **70%** da ponderação atribuída à avaliação global do projeto e consiste nos seguintes critérios:

- **Inovação e relevância** (30%) Em que medida o candidato é capaz de demonstrar que a proposta de projeto é uma solução nova que tem valor acrescentado em relação ao tema do Convite? Em que medida a solução é relevante para o contexto local e para os objetivos da Política de Coesão?
- **Parceria e cocriação** (12%) Em que medida a Parceria é relevante e sólida para implementar a solução proposta e alcançar os resultados esperados? Em que medida a proposta permite uma participação e cocriação significativas das partes interessadas, grupos-alvo e cidadãos?
- **Medição dos resultados e impacto** (12%) Em que medida os resultados esperados são específicos e realistas e refletem o impacto esperado do projeto no contexto local, bem como nos beneficiários/utilizadores finais?
- **Sustentabilidade e escalabilidade** (8%) Em que medida o projeto dará uma contribuição duradoura para enfrentar o desafio identificado? Em que medida a solução proposta será autossustentável para além da sua data final e tem potencial para ser aumentada se for bem-sucedida?
- **Transferibilidade do projeto** (8%) Em que medida o projeto terá potencial para ser transferível para outras áreas urbanas em toda a Europa?

As perguntas de avaliação indicativas para cada critério são apresentadas no documento Orientação EUI-IA (EUI-IA Guidance), Capítulo 3.2 "Processo de Seleção" (Selection Process).

Como resultado da Avaliação Estratégica, o Painel de Peritos Externos elabora uma avaliação das candidaturas e classifica-as com base na sua pontuação na Avaliação Estratégica. De acordo com a CE, as candidaturas pré-selecionadas na classificação geral avançam para a Avaliação Operacional. No final do processo de Avaliação Estratégica, os candidatos são notificados da decisão relativa à sua candidatura (avançar ou não).

8.3 AVALIAÇÃO OPERACIONAL

A Avaliação Operacional é realizada pelo Secretariado Permanente e representa **30%** da ponderação atribuída à avaliação global do projeto. O principal objetivo da Avaliação Operacional é avaliar a robustez da proposta, ou seja, é justificada, realista, consistente e coerente, completa, pronta para ser gerida

eficazmente e implementada rapidamente e se demonstra uma boa relação custo-benefício. São avaliados os seguintes critérios durante a Avaliação Operacional:

- **Conceção e lógica do projeto** (12%) Em que medida os elementos do Plano de Trabalho (atividades, realizações, resultados, indicadores) são exaustivos, realistas, consistentes e coerentes? Em que medida a conceção do projeto proposto levará à realização dos objetivos e dos resultados esperados?
- **Viabilidade do projeto e prontidão operacional** (8%) Em que medida a proposta demonstra ser viável (implementação dentro do prazo estabelecido) e preparada em termos operacionais?
- **Disposições organizacionais e capacidade operacional** (5%) Em que medida as atividades de gestão e comunicação são adequadas e apoiam a implementação global do projeto?
- **Orçamento** (5%) Em que medida o orçamento é coerente e proporcional?

As perguntas de avaliação indicativas para cada critério são apresentadas no documento Orientação EUI-IA (EUI-IA Guidance), Capítulo 3.2 "Processo de Seleção" (Selection Process).

Após a Avaliação Operacional, um Comité de Seleção faz a seleção final. Os candidatos serão notificados da decisão no final do processo de Avaliação Operacional.

8.4 SISTEMA DE PONTUAÇÃO DE AVALIAÇÃO

É utilizado um sistema de pontuação para ajudar no processo de tomada de decisão. Uma pontuação de 1 a 10 é atribuída a cada critério ponderado, dando origem a uma pontuação média por projeto. É utilizada a seguinte escala de pontuação:

9-10 – excelente

7-8 – bom

5-6 – adequado

3-4 – fraco

1-2 – muito fraco

Note-se que se um projeto tiver uma pontuação igual ou inferior a 4 em qualquer critério de avaliação, é automaticamente rejeitado e não será processado.

O sistema de pontuação é aplicado tendo em conta não só os méritos específicos de cada proposta de projeto, mas também na perspetiva de um processo competitivo, considerando comparativamente as outras propostas de projeto apresentadas no âmbito do mesmo Convite à Apresentação de Propostas.

Por esta razão, os candidatos com propostas de projeto que não tenham sido pré-selecionadas para a Avaliação Operacional ou não tenham sido aprovadas não recebem as respetivas pontuações, mas comentários detalhados relativamente a todos os critérios avaliados.

Os candidatos a projetos devem ter em conta que um projeto selecionado no resultado do processo de seleção não lhes dá automaticamente o direito de receber a subvenção da UE correspondente. Caso as condições definidas durante a Fase de Iniciação do projeto não sejam cumpridas (considerando que o projeto não está suficientemente pronto para ser operacionalizado), a Entidade de Confiança reserva-se o direito de terminar o projeto e retirá-lo da lista de projetos EUI-IA aprovados (para mais informações, consultar o documento Orientação EUI-IA (EUI-IA Guidance), Capítulo 4 "Fase de Iniciação e Contratação" (Initiation Phase and Contracting)).

8.5 CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO DOS CANDIDATOS A SUBVENÇÕES

Em conformidade com o Regulamento Financeiro¹⁷, os candidatos podem ser excluídos do processo de atribuição de subvenções se a Autoridade Urbana Principal ou pessoas com poderes de representação, tomada de decisão ou controlo dentro da Autoridade Urbana Principal, ou pessoas essenciais para a execução do projeto se encontrarem numa ou várias das seguintes situações de exclusão:

- processos de falência, insolvência ou liquidação,
- violação das obrigações relacionadas com o pagamento de impostos ou contribuições para a segurança social,
- falta profissional grave, incluindo declarações falsas,
- fraude,
- corrupção,
- condutas relacionadas com uma organização criminosa,
- branqueamento de capitais ou financiamento do terrorismo,
- infrações terroristas ou infrações relacionadas com atividades terroristas,
- trabalho infantil e outras infrações relativas ao tráfico de seres humanos,

¹⁷ Regulamento (UE, Euratom) 2018/1046 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de julho de 2018, que estabelece as regras financeiras aplicáveis ao orçamento geral da União, que altera os Regulamentos (UE) n.º 1296/2013, (UE) n.º 1301/2013, (UE) n.º 1303/2013, (UE) n.º 1304/2013, (UE) n.º 1309/2013, (UE) n.º 1316/2013, (UE) n.º 223/2014, (UE) n.º 283/2014, e a Decisão n.º 541/2014/UE e revoga o Regulamento (UE, Euratom) n.º 966/2012: <https://eur-lex.europa.eu/eli/reg/2018/1046/oj>.

- irregularidades,
- criar ou ser uma empresa de fachada.

Durante o processo de candidatura, todos os candidatos devem apresentar uma declaração com o **Formulário de Candidatura que ateste que a Autoridade Urbana Principal e os Parceiros de Projeto não estão abrangidos por um dos critérios de exclusão acima mencionados**. Esta declaração é incluída na Ficha de Confirmação anexa ao Formulário de Candidatura no EEP. É de notar que a Ficha de Confirmação deve ser devidamente assinada pelo representante legal da Autoridade Urbana Principal para que a candidatura seja considerada elegível durante a Verificação de Elegibilidade.

Durante o processo de seleção e antes da decisão final do Comité de Seleção sobre a atribuição da subvenção, o Secretariado Permanente verifica os candidatos no Sistema de Detecção Precoce e de Exclusão (EDES), o sistema estabelecido pela Comissão Europeia para reforçar a proteção dos interesses financeiros da União e assegurar uma boa gestão financeira¹⁸. Se uma Autoridade Urbana Principal for detetada no EDES, o Secretariado Permanente notifica o candidato, que tem, então, a oportunidade de apresentar uma defesa antes da decisão final do Comité de Seleção, em conformidade com o princípio da proporcionalidade.

9. FASE DE INICIAÇÃO E CONTRATAÇÃO

A Fase de Iniciação abrange os primeiros seis meses antes da fase de Implementação do projeto. O seu objetivo é assegurar o cumprimento de todas as condições administrativas para um início suave e eficiente da implementação do projeto e fornecer garantias sobre o nível de prontidão do projeto (**gestão do projeto, implementação do projeto, gestão do risco**). Os principais aspetos abordados durante esta fase são as formações em gestão do projeto (incluindo a introdução ao quadro de relatórios e monitorização), o cumprimento dos requisitos administrativos e legais para o início do projeto, a integração das recomendações do Comité de Seleção, a auditoria *ex-ante* e a verificação da prontidão. A Fase de Iniciação visa igualmente estabelecer uma cooperação proveitosa entre a equipa de gestão do projeto e o Secretariado Permanente.

A verificação da prontidão do projeto é um processo integrado na Fase de Iniciação para evitar, tanto quanto possível, grandes problemas inesperados durante a implementação do projeto. A verificação do estado de preparação do projeto é realizada quer pelo Controlo de Primeiro Nível durante a auditoria *ex-ante*, quer pelo Secretariado Permanente e abrange todo o âmbito de questões de gestão, administrativas, financeiras e operacionais suscetíveis de afetar a boa execução do projeto e a consecução dos resultados do projeto. A verificação da prontidão examina também se o projeto tem uma estratégia fiável e uma antecipação suficiente no que diz respeito aos temas abordados na Secção

¹⁸ Artigo 142.º, Regulamento (UE, Euratom) 2018/1046 do Parlamento Europeu e do Conselho sobre as regras financeiras aplicáveis ao orçamento geral da União.

“Gestão de Risco” do Formulário de Candidatura (isto é, gestão do projeto, capacidade humana para implementar o projeto, prontidão nos procedimentos de aprovisionamento, calendário realista, ambiente legal para a implementação do projeto, documentação relacionada com investimentos, localização, autorizações administrativas, etc.).

Se a Fase de Iniciação não for concluída com sucesso dentro do prazo proposto de seis meses (se qualquer uma das etapas acima mencionadas não estiver finalizada ou em caso de resultado negativo da auditoria *ex-ante* e/ou verificação de prontidão), a Entidade de Confiança tem o direito de terminar o projeto (considerando que o conceito não está suficientemente pronto para ser operacionalizado) e retirá-lo da lista de projetos EUI-IA aprovados. Nesse caso, só são pagos ao projeto os dois montantes únicos para a Preparação do Projeto e Fase de Iniciação. Se a Fase Inicial for interrompida antes de ser concluída (por exemplo, o projeto desiste), apenas será libertado o montante único previsto para os custos de Preparação do Projeto para a Autoridade Urbana Principal.

Uma Fase de Iniciação concluída com sucesso é a condição *sine qua non* para receber o financiamento do FEDER para a implementação e início da Fase de Implementação do projeto.

10. COMO OBTER ASSISTÊNCIA

O pessoal do Secretariado Permanente estará pronto a ajudar os candidatos com quaisquer questões técnicas que possam ter durante o Convite à Apresentação de Propostas EUI-IA – os detalhes estão disponíveis no *website* EUI. Além disso:

- O Secretariado Permanente organizará Seminários de Candidatos em diferentes cidades de toda a Europa. As datas e os locais dos Seminários de Candidatos encontram-se no *website* EUI. Durante estes seminários, os participantes terão a possibilidade de marcar reuniões bilaterais com membros do Secretariado Permanente e/ou representantes da CE para discutir a sua ideia de projeto.
- Serão organizados *webinars online* sobre aspetos específicos do desenvolvimento e da apresentação do projeto.
- Está disponível uma secção de perguntas e respostas *online* no *website* EUI e serão realizadas consultas bilaterais *online*.
- O pacote de candidatura (constituído por Termos de Referência, Orientação EUI-IA (EUI-IA Guidance), Orientação Técnica para a Plataforma de Intercâmbio Eletrónico (EEP), instruções detalhadas sobre como preencher o Formulário de Candidatura disponíveis *online* em todas as línguas da UE no sistema EEP e Documento de Trabalho de Cortesia do Formulário de Candidatura (Application Form Courtesy Working Document)] está disponível no *website* EUI.

11. DATAS-CHAVE

- 31/05/2023 – lançamento do segundo Convite à Apresentação de Propostas EUI-IA
- 06/2023 – 09/2023 – Seminários de Candidatos e consultas *online*
- 05/10/2023 (14h00 CEST) – prazo para a apresentação dos Formulários de Candidatura
- 05/2024 – data indicativa para a decisão final de aprovação dos projetos
- 11/2024 – data de fim da Fase de Iniciação
- 01/12/2024 – data de início da implementação de todos os projetos aprovados

Aguardamos com expectativa a sua proposta de projeto!